# O ORIENTE PORTUGUEZ

REVISTA DA COMMISSÃO ARCHEOLOGICA

DA

INDIA PORTUGUEZA

Não me mandas contar estranha historia
Mas mandas me louvar dos meus a gloria.
CAMÕES, Lus., C. III, est. III

VOLUME I
N.º 12

1904
Dezembro

NOVA GOA
IMPRENSA NACIONAL
1904

## COMMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Alberto Osorio de Castro.,
Capitão José Augusto Alves Roçadas.
J. A. Ismael Gracias.

---

## SUMMARIO

Do 12.º numero


I — FORTALEZA DE CANANOR (continuação), pelo capitão *Roçadas.*

II — A INDIA EM 1623-1624 (continuação), por *J. A. Ismael Gracias.*

III — MONUMENTO A AFFONSO D'ALBUQUERQUE EM NOVA GOA, (continuação) por *F. Ayalla.*

IV — TRES INSCRIPÇÕES DO VOTO DA CONCEIÇÃO, por *Jeronymo Quadros.*

V — A TORRE DE VIMÁ, por *Rozario S. da Rocha e Sá.*

VI — A PRAÇA D'AGUADA, pelo tenente *Neves e Castro.*

VII — GALERIA LAPIDAR NO MUSEU REAL DA INDIA PORTUGUEZA (continuação), por *J. M. do Carmo Nazareth.*

# FORTALEZA DE CANANOR

(Continuação do n.º antecedente)

André de Souza morrera, e o vice-rei D. Antão de Noronha substituiu-o por D. Antonio do Noronha no commando do exercito de terra, e as forças de mar confiou-as a Gonçalo Pereira Marramaque, retirando D. Francisco de Mascarenhas para Sofala para onde tinha sido nomeado capitão-mór. D. Antonio deu maior impulso ás operações, executando frequentes sortidas aos acampamentos do inimigo causando-lhes perdas sensiveis e talando os palmares destruindo para cima de quarenta mil coqueiros.

Os mouros á vista destes destroços resolveram levar a effeito a liga projectada em todo o Malabar, conseguindo realmente reunir perto de 100 mil homens, grande numero de munições, escadas e outros petrechos de guerra em uso naquelle tempo para os assaltos ás fortificações.

O naire Nicoriguaripo, de que temos falado por vezes, sempre affeiçoado aos portuguezes, avisava o capitão da praça dos planos no campo inimigo, bem como dos elementos com que este contava. Assim uma noute mandava a noticia a D. Payo de Noronha de que na madrugada seguinte seriam atacadas as trangueiras por todo o grosso do exercito malabar, dando-lhe ao mesmo tempo o conselho de que se concentrasse com toda a gente dentro dos muros da praça, abandonando o recinto interior pois se arriscava a perder uma coisa e outra, visto o grande poder de Ade Rajau.

O capitão da praça reuniu conselho de officiaes e submetteu o caso à discussão.

Muitos, entre os quaes o proprio capitão, opinaram pela concentração na praça, fazendo-se recolher n'esta as familias da povoação de fóra com seus haveres, limitando-se a defeza ás muralhas da fortaleza. Allegava elle que tinha dado homenagem só da fortaleza e porisso só por esta era responsavel.

Outros, figurando entre elles, D. Antonio de Noronha, foram do opinião contraria.

Devia-se defender a tranqueira da povoação.

Era uma solução filha do espirito guerreiro da epoca fortalecido pelo bom exito das experiencias passadas, e não consequencia da reflexão e prudencia. Contrapunha D. Antonio ás ponderações de D. Payo de Noronha:

«Que á fortaleza, roupa e moradores da povoação podia mandar recolher; mas que elle e os soldados, que o quizessem acompanhar, haviam de ficar de fóra defendendo as tranqueiras, por que não era elle homem que de medo largasse o que lhe era encommendado, nem aquelles soldados e cavalleiros haviam de querer outra cousa.»

Em vista d'esta resolução muitas das familias da povoação de fóra recolheram-se á fortaleza, onde D. Payo preparou a defeza e organisou o dispoz os elementos de soccorro de que pudessem necessitar os defensores da tranqueira. Elle proprio com a guarnição e moradores, se foi estabelecer junto á porta das armas, prompto a proteger a retirada dos nossos em caso de insuccesso; um serviço de reabastecimento de munições foi devidamente montado entre a praça e a tranqueira.

Achando-se tudo a postos e preparado, ao romper da manhã, começou a apparecer a enorme massa de inimigos que em pouco tempo cobria, qual nuvem de gafanhotos, toda a extensão de terreno em frente até a cidade. A vozaria era atroadora e o impeto com que marchavam tal,

que as columnas da frente em breve alcançavam a trancheira á qual encostaram numerosas escadas por onde trepavam milhares de inimigos.

Só ao sector de Manoel Travassos, coube o bom numero de 2.000 que, saltando da trincheira para os quintaes e casas, deram que fazer aos 30 homens da respectiva guarnição.

Nos restantes sectores succedia o mesmo.

A multidão de inimigos nos quintaes, no parapeito e nas escadas era de assoberbar, não tendo os nossos quasi que espaço para manejarem as armas. D. Antonio de Noronha com o seu corpo de reserva percorria toda a trincheira, auxiliando uns, animando outros e sempre combatendo. Nos sectores de Thomé de Souza Coutinho, Gaspar de Brito e dos dois irmãos Betencurs, batiam-se com tal furia, que mais parecia um combate de feras do que de homens. Durou assim a lucta por muitas horas com alternativas varias para um e outro partido. Dentro da fortaleza conservavam-se as egrejas abertas e illuminadas. Oravam os frades e as mulheres.

Era quasi meio dia e a situação não mudava apesar do grande destroço causado nos malabares pelos defensores do arrabalde. O numero de inimigos era esmagador; os que succumbiam aos nossos pelouros, ás espingardadas, aos golpes dos piques e dos sabres, e até aos dentes e mãos, eram logo substituidos por outros frescos e cheios de animo e desejos de vingar os primeiros. A pequena guarnição ia-se reduzindo embora lentamente, mas o cançasso produzido pela fadiga, pelos ferimentos e pela falta de alimento, ia augmentando, e a contenda parecia não ter fim.

De subito, como do primeiro cerco, ouve-se um canto religioso dos lados da praça. Eram os frades franciscanos que em porcissão, com o Christo á frente, arrebatados pelo enthusiasmo religioso, se encaminham para o local do combate incutindo com as suas palavras repas-

sadas de fé, novo alento aos nossos soldados fazendo-lhes antever a certeza da victoria para a cruz de Christo e a gloria depois da morte para os que succumbissem. Era o fanatismo da crença em acção, como houve o fanatismo da cavallaria, com hoje ha o fanatismo do dever civico. Foi á sombra d'essa intolerancia mystica, d'essa intolerancia cavalheiresca e d'essa intolerancia do dever e da honra que se tem praticado os maiores heroismos, realisado as mais homericas façanhas e sacrilicado, com o mais pungente estoicismo, a familia, a felecidade domestica e a propria vida.

Fluctuava pois o pendão de Christo por entre a mellée de combatentes e os portuguezes de D. Antonio de Noronha electrisados pelas predicas e exemplo dos religiosos, que, com a cruz n'uma mão e a espada na outra, faziam prodigios de bravura, arremettem cegos contra os mouros que continuavam ainda a crescer em numero, o conseguem n'um esforço supremo, lançal-os fóra da trincheira, deixando as ruas, hortas e as casas coalhadas do cadaveres.

Fóra uma hecatombe, e o inimigo fóra de si, vacilla entre voltar de novo á carga ou retirar.

Ade Rajau, do seu posto de observação, reconhece isto e apressa-se a enviar — «dois cacizes (1) velhos aos animar, o que elles fizeram mettendo-se entre elles e lembrando-lhes que pelejavam pela honra de Mafamede, segurando a todos que se ahi morressem, iriam descançar com elle na outra vida, onde teriam muitas recreações e passatempos, com as quaes palavras os fizeram tornar com aquella confusão e barbaridade que elles costumam, porque cuidam que espantam mais com os gritos e vozerias, que com o effeito e valor das armas (2)».

Os portuguezes porém, desafrontados já daquelles que haviam invadido o interior do arrabalde e que tinham re-

(1) Especie de padres ou boltos entre os mussulmanos.
(2) Couto. Dic. VIII,

pellido á custa de tanto sangue, e senhores agora do parapeito, faziam com as salvas de espingardaria e tiros d'artilheria tal destroço na massa compacta dos inimigos que estes não podendo aguentar-se sob a acção do nosso fogo, nem se atrevendo a novo ataque á trincheira, retiraram para os acompamentos, resolvendo Ade Rajau continuar a guerra de investimento sem se arriscar aos perigos dos assaltos, esperando render os portuguezes pela fome e pela fadiga.

Durou o combate mais de sete horas seguidas, não conseguindo os mouros, apesar da sua força numerica esmagadora, levar a melhor dos poucos mas valentes defensores do arrabalde.

As perdas foram grandes do lado do inimigo, para cima de 5000 mortos que foram mandados queimar.

Dos nossos alguns mortos e muitos feridos.

---

Alcançara-se pois mais uma brilhante victoria que parece devia servir de lição aos malabares.

Poucos dias depois chegava á bahia a esquadra de Gonçalo Pereira Marramaque que deixámos a caminho de Cananor. Com os reforços que trazia ficaram os defensores da praça mui alliviados e o inimigo esmorecido.

Entrava o mez de maio do anno de 65. A monção approximava-se e com ella a interrupção das operações activas. Tendo sido ferido o commandante D. Antonio de Noronha em uma das sortidas contra o acampamento dos mouros, o vice-rei mandára Alvaro Paes Sotto-Maior para capitão de Cananor e de todas as forças alli estacionados recolhendo a Goa D. Payo de Noronha.

Gonçalo Marramaque depois de ter reforçado o serviço do bloqueio dos differentes rios da costa, entrou em combinação com o capitão-mór da praça para de commum accordo executarem um ataque á cidade.

Com effeito, a uma hora ajustada da madrugada de um

determinado dia, as guarnições de bordo e da praça constituindo duas columnas, marcharam com toda a ordem e rapidez em direcção á cidade entrando por pontos differentes e lançando na sua passagem o fogo aos edificios e ao bazar. Ade Rajan suprehendido com este movimento, reune a sua gente e lança-se na cidade procurando atalhar o fogo e repellir os invasores.

As duas columnas portuguezes já concentradas sob um commando unico, tiveram que supportar no meio da cidade o choque das forças inimigas, seguindo-se um renhido combate de ruas em que houve muitos feridos de parte a parte.

Conseguira-se porém o fim desejado, causar o maior damno material aos mouros e tornal-os mais prudentes nas investidas constantes á tranqueira.

Estava ás portas o inverno ou monção d'este anno de 65, e portanto a epoca de retirar para Goa a esquadra do Malabar. Gonçalo Pereira Marramaque reuniu os navios que deviam recolher, e navegou até ao Cabo Comorim á espera que chegassem as naus de carga que vinham da Costa de Coromandel e Extremo Oriente; nos fins de abril haviam chegado umas 80 naus que seguiram para Goa escoltadas pela esquadra. Na passagem em frente do promontorio Dely, havendo necessidade de se fazer aguada, opposeram-se os mouros d'aquella costa, que pertencia ao reino de Cananor, ao desembarque dos nossos, travando-se uma dura peleja em que teve de entrar quasi toda a força que guarnecia os navios de guerra.

---

O vice-rei logo que a esquadra fundeou em Goa e recebeu os relatorios das operações, mandou apromptar as companhias de homens d'armas que haviam de ir reforçar a guarnição de inverno em Cananor.

Foram estas: a companhia de Antonio Botelho, a de

Manoel de Mello, de Vicente Saldanha, e Estevam Bobadilla, ao todo uns 300 homens.

Durante a monção a guerra continuou sem tregoas dando os mouros repetidos assaltos á tranqueira, sendo sempre repellidos.

Do lado da praça respondia-se não poucas vezes, com sortidas e contra-ataques, em que a sorte das armas era variavel, mas em que sempre se evidenciava a bravura do soldado portuguez.

N'uma d'essas sortidas, muitas das quaes constituiam verdadeiras horas de recreio ou de passatempo ou ainda do exercicio para os grupos de fidalgos, que enthusiasticamente as solicitavam ao commandante da fortaleza, uma das companhias da guarnição á qual se reuniram grande numero de fidalgos e cavalleiros, sahira uma madrugada, ao campo, no intuito de surprehender algum dos acampamentos inimigos e causar-lhes o maior estrago que podesse. Falhando porém o plano, teve o reduzido destacamento que defrontar-se com uma força muito superior, força esta que augmentava sempre com os muitos mouros que corriam do lado da cidade.

Os portuguezes á força de valentia e de prodigios de valor mantiveram o impeto do adversario, fazendo n'elle grande mortandade, mas á custa do sangue de muitos dos nossos que ficaram feridos, vendo-se emfim obrigados a retirar.

A onda inimiga crescia porém constantemente, e com (coqueadas) apupos e grande vozeria, investia de novo contra os portuguezes tentando envolvel-os.

Estes, com a necessidade que tinham de combater e de transportar e proteger os feridos, viram-se em criticas circumstancias, tendo de fazer alto e voltarem-se como o leão ferido contra a malta de chacaes.

N'um destes retornos offensivos, um dos fidalgos attingido n'uma perna por uma bala de espingarda a ponto de quasi não se poder mecher, e que retirava transportado

ás costas de um cafre, dizia a este que o largasse, para de novo voltar á refrega, mas o escravo não lhe fazia a vontade pela simples rasão de que elle nada iria fazer a não ser buscar a morte, mas o ferido tanto insistiu e ameaçou que o cafre lhe fez a vontade, dirigindo-se em seguida como pôde para o local do combate.

Este estava renhido bastante, havendo já numerosos feridos e alguns mortos da nossa parte, a ponto de termos de retirar em condições desfavoraveis, abandonando aquelles á furia do inimigo.

O capitão da praça, Alvaro Paes, que presenciava do alto das muralhas as peripecias da lucta, sahiu com a maior parte da guarnição em auxilio do pequeno destacamento, conseguindo-se então sustar o impeto dos mouros e até repellil-os e transportar os cadaveres dos mortos, entre os quaes figurava o do arrojado fidalgo de quem acima falámos. Chamava-se elle D. Lopo de Moura, a quem os mouros cortaram a cabeça e a levaram como tropheu, pois pela riqueza das armas que vestia lhes parecera pessoa elevada.

Entretanto, succediam-se por vezes episodios individuaes que davam não só a nota caracteristica do espirito guerreiro e atrevido do nosso soldado, mas ainda do seu bom humor e indifferença em face do perigo e das privações. E' um d'elles o que passamos a transcrever com as proprias palavras do chronista.

«Calixto de Sequeira que era um dos maiores espingardeiros, que o mundo tinha, veio a inventar um ardil para matar os mouros, o qual lhe custou tambem a vida. Notou a parte mais ordinaria, por onde os mouros appareciam, e de noute mandou fazer uma cova redonda em que elle conbesse de joelhos, o cobriu-se com folhas de palmeira e todas as manhãs se mettia n'ella e d'alli não apparecia mouro nenhum a tiro de espingarda que o não derrubasse, e vinham outros a levar aquelle, que tambem ficavam alli uns sobre outros, do que todos an-

davam pasmados, porque descobriam o campo e não viam d'onde lhes vinha aquelle mal.

Havia alli um mouro, grande espingardeiro, o qual andou vigiando e notando d'onde lhes succedia aquelle damno, até cahir no que era, pelo que tambem de noite, mandou fazer uma cova, e metteu-se n'ella. O Calisto pela manhã foi-se metter na sua e d'ella viu bullir n'aquella parte em que o mouro estava; e entendendo o que era, o mouro tambem d'ella estava prestes com sua espingarda, de maneira que segurando-se um e outro em seu ponto dispararam, e ambos foram tão certos, que se tomaram pelos testos e cahiram ambos logo mortos. Da fortaleza acudiram a levar o corpo de Callisto e o enterraram honradamente: e certo que sua morte foi sentida, porque era muito grande cavalleiro».

Por esta forma continuou a guerra até o fim da monção, sem resultados decisivos para um ou outro lado.

Em setembro seguinte mobilisava-se uma esquadra de 15 vellas, entre as quaes, oito chegadas de Goa e cinco armadas no local, com a missão de exercer a fiscalisação nas aguas do Malabar e bloquear os portos de Calicut e Cananor.

O Rajah em vista d'estas novas forças, dos males soffridos pelos seus subditos durante o bloqueio do anno anterior, das consequencias desastrosas para o commercio e dos nenhuns resultados colhidos na campanha do inverno, resolveu assentar pazes, allegando como costumava em circumstancias identicas, que elle não tivera culpa na guerra feita pelos mouros aos portuguezes.

Alvaro Paes acceitou as rasões apresentadas, depois de ter recebido para esse fim, a previa auctorisação do vice-rei, sem exigir estipulações especiaes e rigorosas, como era natural pretenderem-se da parte de quem tão injusta e frequentemente quebrava as pazes.

Muito bem diz o chronista: — «... e deu ouvidos a ellas (pazes), por ter commissão do vice-rei para isso, e

vindo-se concluir com as condições ordinarias, que nunca estes mouros e gentios cumprem, e mantem e nada dão depois: e dissimula-se com elles não sei porque respeitos, porque elles cada vez que querem tornam a levantar sua palavra, e quebram as pazes e contractos jurados com tantas ceremonias: mas como pode vir a ser verdade o que se jura sobre tanta falsidade como a de seus idolos?» (1)

Nova Goa, 13 de janeiro de 1905.

*José Augusto Roçadas*
Capitão do S. d'Estado-Maior

(1) Conto. Dec. VIII.

# A INDIA EM 1623-1624

## Excerptos das Memorias do viajante italiano Pietro Della Valle

(Continuação do n.º antecedente)

## Setima carta

Escripta de Goa a 31 de janeiro de 1624, abrange as ephemerides desde 10 de dezembro antecedente, e foi enviada pela nau de viagem, a unica que, na monção de 1623, tinha vindo de Portugal, e que, de regresso, sahiu de Goa no 1.º de fevereiro.

A 11 de dezembro Della Valle foi a Cadiri, um monte distante duas milhas de Mangalor, visitar o famoso eremiterio de Batinato (ou Bhat-Nath, isto é, chefe dos bottos ou sacerdotes hindús), a quem os portuguezes chamavam o rei dos jogues e que vivia ainda n'esse comesinho logar, empobrecido por Venctapa Naique, já muito nosso conhecido. Viu ali tudo quanto digno era de ser visto; conversou bom tempo com o velho archimandrita que lhe contou os seus trabalhos e revezes, sem querer, de forma alguma, declarar-lhe o seu nome, quiçá receioso de que por isso lhe resultasse algum mal. De volta, jantou ao sopé do monte, em casa d'um aldeão, onde lhe deram «arroz, caril e peixe, como elles usam». E tinha determinado ir a Carnate, a duas ou tres legoas de Mangalor, a fim de vêr a rainha d'esse territorio, mais uma victima de Venctapa Naique, senhora de muita virtude e prudencia,

alliada dos portuguezes, e que, muito mau grado seu, se tinha submettido áquelle principe, quando, a 18 de dezembro, chegou de Goa a Mangalor a armada do Canará, «ou a armada da collecta» (1), do commando do fidalgo Luis de Mendonça, homem educado na côrte de Madrid, onde fôra pagem, cavalheiro «mais cortez do que muitos portuguezes da India». Era capitão d'um dos navios d'essa armada Ayres de Sequeira Baracho, amigo do italiano em Goa, o qual o informou de que a armada ia a Calecut reconduzindo dois enviados do Samorim, que tinham ido a Goa tratar da paz com o vice-rei. A armada devia seguir na mesma noite, e tinha ordem do vice-rei para se demorar em Calecut apenas 24 horas, tempo suffi-

(1) *Collecta* era uma imposição municipal sobre os mantimentos e outras mercadorias, que entravam nas alfandegas, vindas de fóra. Começou em 1623 no governo do vice-rei Conde da Vidigueira, e a seguinte carta régia, dirigida á camara de Goa em 25 de janeiro de 1624, é o mais antigo documento que sobre ella se encontra nos archivos da provincia:

«Juizes, Vreadores, e procuradores da camara da cidade de Goa. Eu El-Rey vos envio muito saudar. Vendo o que me escreveo o Conde da Vidigneira men V. Rey desse Estado ácerca da imposição, que essa cidade poz sobre os mantimentos á imitação do Real d'agoa desta de Lisboa pera correr por tempo de seis annos da mesma maneira em todas as mais cidades do Estado, e se empregar o rendimento della na gnerra contra os rebeldes, tive particular contentamento de saber o grande serviço que a camara dessa cidade me fez nesta imposição, e o bom modo com que a isso se dispoz, de que terey a lembrança que he rezão para folgar de lhe fazer todo o favor e mercê que for justo, e tenho por certo que as outras cidades á imitação do que fez essa de Goa tenham feito o mesmo, em que receberey igual serviço como de minha parte lhe significareis, e no que toca ao dinheiro da dita imposição se não poder despender fóra das cousas para que se concedeo ouve por bem que se faça nisso o que me pedis, como o entendereis do Conde V. Rey. Escrita em Lisboa, a 15 de janeiro de 1624 — *Rey* — *O Duque de Villa hermosa. Conde de Ficalho. Nuno de Mendonça.* (Cit. *Archivo Port. Oriental*, fasc. 2.°, doc. n.° 84).

Em carta de 17 de agosto de 1626, dirigida á mesma camara, se determinou que ella mandasse todos os annos á côrte a nota da receita e despeza da collecta (cit. fasc., doc n.° 90).

A armada da collecta era, pois, especialmente incumbida da guarda dos mantimentos, e paga pelo rendimento da collecta (carta régia de 4 de abril de 1644, ib. doc. n.° 96). A' camara pertencia nomear-lhe os capitães (ib, doc. n.° 108). Outras noticias sobre esta imposição, que se prorogava de seis em seis annos, e que varias vezes mudou de nome, prevalescendo sempre o de collecta, encontrarão os leitores no *Ensaio historico da lingua concani*, doc. que acompanha o doc. n.° 5, e nas cit. *Mitras Lusitanas*, pgs. 133 e 199

ciente para desembarcar os enviados e receber a resposta do Samorim. De regresso, tocaria Mangalor e outros portos, para comboiar as naus mercantes, carregadas de arroz, até Goa que estava por então a braços com uma crise alimenticia.

Com esta noticia, poz de parte a jornada para Carnate, e metteu-se no navio de Ayres Baracho, onde encontrou Manoel Leitão, filho de João Fernandes Leitão (o que foi embaixador perante Venctapa Naique), e outros officiaes com quem se relacionou.

A armada sahiu de Mangalor a 19 de dezembro; n'esse mesmo dia passou pelo promontorio conhecido pelo nome de Monte Delly (1), e a 20 pelo Monte Formoso (2) A' noite anchorou em Cananor. Em 21 encontrou por duas vezes os paraus dos piratas do Malabar, «dos quaes está cheia a costa, pois em Mangalor termina a provincia do Canará e começa a do Malabar». Chegaram á noite a Calecut.

Na manhã de 22 desembarcaram os enviados e com elles um soldado portuguez ordinario, mas bem vestido, que foi portador da resposta do vice-rei, o qual annuia em fazer o tratado de paz que de bom grado concluiria; mas sob a condição do Samorim fazer egual tratado com o rei de Cochim, alliado dos portuguezes, a quem não era conveniente excluir d'ella, principalmente porque era a causa das differenças entre os portuguezes e o Samorim. Se este concordasse em celebrar a paz com ambos, podia mandar a Goa o seu embaixador, competentemente deputado, o qual seria bem recebido.

A breve trecho, voltou o portador a bordo, pois que o palacio do Samorim não distava muito da praia, com um menino portuguez enviado pelo rei ao commandante. Chamava-se esse menino Chico, teria 8 a 10 annos d'edade, e em alguma das revoltas de Cananor fôra aprisionado e levado captivo a Calecut. Estava bem vestido e acompanhavam-n'o tambores e frautas; vinha em nome do Samorim visitar o capitão-mór com um presente de cousas de comer: bananas, cocos lanhos e outras fructas.

A resposta do Samorim foi esta: que se devia primeiro celebrar a paz entre elle e os portuguezes, e considera-

(1) Veja-se a nota (1) a pg. 310 d'esta revista.
(2) Não encontramos a origem d'esta denominação.

rem-se depois os interesses do rei de Cochim, e continha outras condições que mais revelavam pretextos para a dilação do tratado, do que proposito de fazer a paz. Ao que tornou o capitão-mór, mandando dizer ao Samorim que tinha ordens para se demorar no porto 24 horas apenas, e que, se dentro d'este praso, elle concordasse na proposta do vice rei, poderia conduzir para Goa na armada o embaixador que fosse nomeado; aliás, partiria na immediata noite.

Foi portador d'este ultimatum, como se diria hoje, o menino Chico que o capitão-mór reenviou ao Samorim com os seus companheiros, sem os fazer acompanhar de qualquer portuguez da armada. Era conhecida a infidelidade do Samorim, e o capitão-mór havia recebido ordem reservada do vice rei para não confiar muito n'elle.

Pietro Della Valle desembarcou com o capitão Ayres Baracho e outros; andaram pela cidade e tendo encontrado um dos dois enviados, a quem já se referiu, foram, a convite d'elle, ao palacio do Samorim, a quem visitaram em prolongada conversa. O Samorim deu-lhes á despedida um presente de cachos de bananas e cocos lanhos, e ao capitão, especialmente, um javali. Era já noite quando tornaram a bordo. Resposta decisiva do Samorim com respeito á paz, é o que se não obteve.

A 23 de dezembro, a armada sahiu das agoas de Calecut. O dia 24, vespera do Natal, foi festejado como era possivel. Cantaram-se ladainhas em todos os navios e houve excellente consoada. Ao amanhecer de 25, chegaram a Cananor onde desembarcaram para assistir aos officios divinos.

Em Cananor, havia então quatro egrejas: a Sé Cathedral, a da Misericordia, a de S. Francisco, da respectiva ordem, e a de N. S. da Victoria. Com respeito á piedosa instituição da confraria da Misericordia escreve o viajante:

«Ha algumas em todos os estabelecimentos portuguezes. Correspondem-se umas com as outras e praticam muitas obras boas, como os nossos *Monte della Pieta, Santo Spirito* e outros analogos; pois, quasi todas as obras pias que entre nós são feitas por diversas casas e sociedades, fal-as entre os portuguezes a Misericordia; assim, guardam depositos, transmittem com segurança lettras de cambio, soccorrem aos pobres, aos doentes e aos encarcerados, sustentam crianças expostas, dão de casar donzellas, recolhem as mulheres arrependidas, resgatam

captivos, e, em summa, praticam todas as obras de misericordia necessarias n'um paiz ou n'uma cidade. Piedoso instituto na verdade e de immenso beneficio publico, principalmente porque ha-os em todos os territorios portuguezes e são entre si relacionados, ainda os da India com os de Portugal; de forma que parecem todos formar um corpo, extendendo-se a muitos paizes e a todos prestando grandes serviços. Esta pia instituição é administrada por confrades seculares, e na respectiva confraria só são admittidas pessoas respeitaveis sob certas condições decentes e em numero limitado. As boas obras que as Misericordias praticam e as avultadas sommas que n'ellas despendem annualmente, redundam não só em beneficio dos irmãos, mas ainda do publico em geral, exercendo-se a um tempo muita caridade...»(1).

Os portuguezes tinham um forte em Cananor cujo territorio era dos gentios, e governado por um mouro do Malabar, chamado Aga Bel (Bey?). O italiano passeiou tudo, e junto com o capitão Baracho jantou em casa d'um portuguez ali casado. Comprou no bazar uma grande quantidade de bananas secas e de boiões com differentes

(1) Uma das instituições mais benemeritas, creadas em Portugal durante o governo absoluto, é a das Misericordias que tiveram principio em 1409 graças á piedade da rainha D. Leonor, e do seu confessor fr. Miguel de Contreiras. Referindo-se a essa instituição que, na phrase de Almeida Garrett, em nenhum paiz da terra tem superior, nem egual, escravia o citado Garcia de Resende:

Vimos tambem ordenar
a misericordia santa
cousa de tanto louvar
que não sei quem não se espanta
de mais cedo não se achar:
soccorre a encarcerados,
e conforta os justiçados,
a pobres dá de comer,
muitos ajuda a suster
os mortos são soterrados.

Posto que, no tempo das conquistas fosse nova em Portugal essa instituição, propagou-se rapidamente, levando-a os portuguezes a toda a parte onde tomavam assento, e assim com elles apparece em Goa, e n'outras cidades, praças e fortalezas do Oriente. Actualmente existem no reino e ilhas 215 Misericordias, 1 em Goa e 1 em Diu.

*achares* — de raizes de bambú, pimentos verdes, pepinos e mais fructas (1).

A 26 de dezembro a armada fez véla de Cananor; mas era contrario o vento. A 29 passaram a vista de Cagnaroto (2), onde o capitão-mór recebeu a visita e os presentes mandados pelo rei de Banguel, que vivia ali. A 30 entraram no porto de Mangalor. Lembrou-se o italiano de realisar a visita, adiada, á rainha de Carnate; mas teve de desistir, porque no dia immediato devia a armada seguir para Goa.

A 31 de dezembro ouviu missa e com um irmão de Thomé de Barros, seu amigo, jantou em casa do vigario de Mangalor, cujo nome não deixou registado. A' armada tinham de caminho acrescido e se iam juntando muitos navios mercantes. Pela noite formou toda a cafila, esperando o signal da partida: um tiro de canhão da nau capitánia.

No 1.º de janeiro de 1624 sahiram todos os navios do porto de Mangalor; o vento continúava a ser contrario. A 2, acossados por um noroeste, tiveram de anchorar entre os rochedos, denominados pelos portuguezes, de Santa Maria (3), onde os indigenas lhes trouxeram jasmins vermelhos, quaes Della Valle nunca tinha visto, mas pouco odoriferos (4). Continuando a derrota, a 3 passaram por Barcelor e anchoraram em Camboli, esperando a cafila de Barcelor. Ali encontraram outra armada, extraordinaria, que ia para Cochim, levar d'ahi para Goa certos dinheiros da Misericordia e outras provisões. Vendo-a á grande distancia, a armada que vinha de Mangalor confundiu a outra com os paráus dos piratas malabarenses, e se preparou para a lucta, mostrando infelizmente desordem e falta de apercebimento. Aqui Della Valle nota: «se a nobre nação portugueza tivesse n'estas partes tanta ordem, disciplina e bom governo, quanto é o valor que exhibe, não haveria que lamentar as tristes perdas de Ormuz e outras; antes se veriam sem duvida concluidos grandes feitos. Mas Deus não dá tudo a todos».

---

(1) Vejam-se as notas (1) e (2) a pg 539.

(2) A moderna Chandragadi?

(3) Entre Mangalor e Barcelor. Diz o editor inglez, que estes rochedos se designam no *Black's Atlas* sob o nome de *Premeira rocks*.

(4) Provavelmente flôres de alguma *bignonia*, talvez da *bignonia vetusta* (Nota do editor inglez).

A 6 de janeiro chegaram a Baticaloa (1), antigo emporio do commercio de assucar e arroz, que lá iam buscar as naus de Ormuz e Aden, antes do engrandecimento de Goa. A 7 passaram por Onor e por causa do adverso noroeste foram anchorar perto de Merizeu (Marjel ou Mirjau). Na manhã de 8 viram Angediva e á noite anchoraram ao sul do Cabo Falso (Cabo de Rama).

Continuando a derrota, anchoraram a 9 de janeiro proximo do rio de Sal, e no dia 10 chegaram á bahia de Mormugão, em Salsete.

«N'esta ilha de Salsete (2) ha — escreve Della Valle — numerosas e muito bonitas povoações e casas. Mais que todos, os jesuitas possuem os melhores logares e diz-se que são senhores de talvez a terça parte do territorio, pois, além de tres boas povoações que lhes pertencem

(1) A moderna Batkal.

(2) Aliás peninsula. Eis como a descreve o padre Souza no citado *Oriente Conquistado* (P. I., Conq. I, Div. II, § 55):

«Da Ilha de Goa naveguemos mais ao sul e passemos á terra firme de Salsete, na qual ao primeiro de maio deste anno em que andamos de 1560 entraram com felicissimo auspicio os primeiros Missionarios da Companhia, o Padre Pedro Mascarenhas e o Irmão Manuel Gomes, mandados pelo Padre Provincial Antonio de Quadros a instancia do Vice-Rei D. Constantino de Bragança. Dista a ponta mais septentrional de Salsete onde está a fortaleza de Mormugão da ponta de Nossa Senhora do Cabo, a mais occidental de Goa, o espaço de um braço de mar, que com boa maré se atravessa em meia hora. Seu maior comprimento corre de noroeste a sueste por cinco legoas da fortaleza de Mormugão até os confins da aldêa de Cuncolim. A largura cortando de leste a oeste será de duas legoas do rio de Chandor até as praias de Varcá. Pela parte do poente desce Salsete ao mar com uma formosa praia, e o mar o peneira com dous esteiros, um dos quaes lhe entra pela parte do norte, e o vae golpeando com suas voltas até Chandor e Cauri: o outro da banda do sul a que chamam o rio do sal sobe ao leste até Carmoná, e mettendo aqui um braço para o norte, que não passa de Margão, prosegue seu caminho até Cuncolim, deixando á mão direita a aldêa de Assolná que nos pertence. Os remates destes dous rios são quasi parallelos e uma faxa de terra de tres quartos de legoa impede a união de ambos, e por esta desunião deixa Salsete de ser ilha com grande detrimento da sua quietação, e segurança nem a terra interposta se pôde cortar sem licença dos mouros, por estar no seu limite. Uma corda de montes atravessa quasi todo o comprimento deste pedaço de terra de Mormugão até Sarzorá, porém não occupam muita largura, nem são de todo infructiferos. O plano se estende em varzeas de arroz entresachadas com muitos, e mui formosos palmares. Os ares são alegres e sadios, o terreno aberto e aprazivel as fontes muitas e de aguas excellentes, as ribeiras poucas ...»

exclusivamente (1), têm egual dominio e governo em todas as outras; possúem egrejas em toda a parte, terras e celleiros, e creio que todas as parochias são por elles administradas no espiritual com suprema autoridade (2). D'ahi o facto d'estes povos renderem mais vassallagem aos jesuitas do que ao proprio soberano (3). Dá-se o mes-

(1) Referencia indubitavel ás aldèas de Assolná, Velim e Ambelim, que, depois de confiscadas para o Estado *pelas suas rebeldias*, tendo sido, por carta de 6 agosto de 1585, aforadas com sues gãocarias a D Pedro de Castro, este as trespassou pouco depois á Companhia de Jesus. Com a extincção da Companhia passaram a encorporar-se nos bens nacionaes; veje-se a respectiva relação e valor no *Boletim do Governo*, n.º 4 de 1862.

(2) Assim era de facto ao tempo em que o nosso viajante esteve na India. As egrejas de Salsete pertenciam á jurisdicção da Companhia de Jesus, cujo provincial de Goa lhes nomeava livremente os parochos, sem entender n'isso o arcebispo primaz.

A esta situação quiz pôr termo o arcebispo D. fr Antonio de Brandão (1675-78), como de seu direito, abrindo visitação áquellas egrejas, impedindo a que, ao tempo, estava fazendo o provincial padre Fernão de Queiroz. Deu este facto logar a graves e escandalosas differenças entre o arcebispo e o provincial e seus parochos, até que o primeiro conseguiu que lhe fossem entregues as egrejas, sahindo d'ellas os parochos jesuitas que, em 8 de dezembro de 1677, se recolheram ao collegio de Rachol, de que era então reitor o padre Torquato Parissioni. D. fr. Antonio Brandão proveu-as em clerigos naturaes de Goa. Mas durou pouco esta nova jurisdicção. Quatro annos depois, a omnipotente Companhia alcançou da côrte uma ordem para se lhe restituirem as egrejas de Salsete, ordem que chegou depois da morte do arcebispo Brandão e se executou no tempo do seu successor D. Manoel de Menezes (cit. *Mitras Lusitanas*, pgs. 176, 177, 178 e 185). Só quando se levou a effeito a extincção da Companhia (1759-60) é que de vez foram substituidos os jesuitas nas egrejas e missões (L.º das *monções* n.º 132, fl. 279 e fl. 514).

(3) Tambem é verdade, e mais uma vez se mostra que Della Valle era um observador attento e perspicaz. Se em Portugal os jesuitas, confessores dos reis, mestres dos principes, dominadores do ensino publico, senhores do pulpito, da cadeira e do privilegio absoluto, constituiam um estado dentro do estado, sujeitando as classes, impondo-lhes a sua influencia peculiar, e creando um poder como não houve egual n'esses reinos, era egualmente extraordinario o seu poder e influencia em Goa; a sua acção nos primeiros annos foi em verdade benefica e salutar, — foram elles os primeiros representantes da cultura intellectual do paiz, — mas, aos poucos, foram alargando os limites da sua missão, entrando muito em todos os negocios publicos e accumulando riquezas. Basta citar as informações dadas á côrte pela camara de Goa e por dois illustres vice-reis no seculo XVII.

Em carta do anno de 1605, dizia a cidade de Goa: «... e affirmamos a V. Magestade que se este Estado se hade perder, hade ser pelas cousas dos Padres da Companhia, que tendo licença de V. Mages-

mo em Bardez, que está sob o governo dos francisca-

---

tade apontaremos, e mostraremos como hoje tem neste Estado tanta renda como quasi metade do rendimento da vossa fazenda, e são senhores absolutos da mór parte desta Ilha, toda tem comprada, infalliveImenta d'oje a dez annos não haverá casa nem palmar, que não seja seu, ficando os moradores esbulhados, de que nace estar este Estado tão pobre, que por os homens não terem bens de raiz que comprar, tem perdido todo seu cabedal no mar: e só as rendas que tem em Salsete bastarão para sustentar as outras Religiões que cá ha, ficando de fora o Norte, que he muito mais, como V. Magestade saberá, se quizer mandar-se informar do que apontamos (cit. *Arch. Port.-Or.* fasc. 1.º, 2.ª pe., doc. n.º 10).

Na de 29 de janeiro de 1630, escrevia o vice-rei Conde de Linhares: «E torno a dizer a V. Magestade que são os Padres da Companhia na India tudo o que quarem, porque para assi ser usam de muitos meios e tem grande industria» (L.º das *monções* n.º 13, fl. 22 v.).

O mesmo vice-rei dizia tambem em carta de 8 de outubro de 1632: «Na materia da christandade, do trabalho nas missões dão grande exemplo os Padres da Companhia, a parece-me que nenhum dos muitos Viso-Reis que ouve na India se tem igoalado aos favores, assistencia, e mimos que lha faço neste particular, porque além do que devo ás obrigações de honrado e christão, criei-me entre os Padres, e com ellas me confesso, e poda ser que da pouca fazenda que tenho parto com elles largamente; e se tudo o que elles obrão na India fora isto mesmo, cario, Senhor, que os idolatrára, porem nem com consciencia, nem com honra lhe posso eu largar a jurisdição e fazenda de V. Magestade, sem V. Magestade mo ordenar, pois ainda contra o que V. Magestade quer e resolve por ordens particulares, a tomão: e de tudo tenho dado largamente conta a V. Magestade. Se V. Magestade me mandar que eu consinta nisto, certo que folgarei muito, porque além do gosto qua ganharei em lho dar a elles, escusar-lhe-ey causa de pecado na relações encontradas na sustancia das cousas, que me consta tem feito a V. Magestade, de mais que tambem folgarei muito de não ter estes homens, como tive (mas já agora não he) mal contentes de my: mas he tamanha a obrigação da fidelidade a inteireza que devo ao serviço de V. Magestade que ao troco de cumprir bem com elle nenhuma cousa me dá de ter mais inimigos. Maiores não pode ser quando os Padres o sejão». (cit. *Archivo*, fasc. 6.º, doc. n.º 573).

Na de 28 de janeiro de 1666, o vice-rei Antonio de Mello de Castro:

«Os Padres da Companhia em nenhuma forma as querem obedecer (ordens régias!); mas não he muito, porque em nenhuma cousa se dão por obrigados a mostrarem que são vassallos de V. Magestade, e não ha auctoridade nem poder em hum Vice-Rei que lhe seja inferior (*sic*). (L.º das *monções* n.º 30, fl. 125).

D'esse extraordinario poder a influencia resultou um proloquio antigo, incorrecto, mas conceituoso:

Vice-rai da India vaa e vem,
Padres da Companhia sempra tem.

Quer dizer: as populações consideravam, respeitavam a temiam os

nos (¹). Nem outra cousa succede nos mais territorios portuguezes, de modo que justamente se pode dizer que as ordens religiosas têm nas suas mãos a melhor e a maior parte do Estado».

(*Continúa*)

J. A. Ismael Gracias.

---

jesuitas mais do que aos proprios vice-reis; estes e aquelles poderosos, qual mais; mas os primeiros eram de assento permanente e os segundos succediam-se periodicamente. El-rei estava longe, bem longe. Quaes seriam as consequencias, é facil imaginar, e porventura os proprios jesuitas, para consolidar e continuar o seu prestigio, compuzeram o proloquio.

(¹) Os franciscanos eram em Bardez o mesmo que os jesuitas em Salsete, e tambem foram com muito trabalho expulsos das egrejas por 1767 e depois. Remettemos o leitor ao *Ensaio historico da lingua concani*, no qual Cunha Rivara deixou nitidamente escripta a historia dos franciscanos em Bardez.

# MONUMENTO A AFFONSO D'ALBUQUERQUE EM NOVA GOA

## (1843-1847)

## II

Teve este monumento origem no pensamento opportuno e patriotico de um dos funccionarios mais illustres que teem vindo á India — o secretario do governo desta Provincia Claudio Lagrange de Barbuda: «entregue-se esta verdade á Historia, preste se esta homenagem á memoria daquelle prestimoso Funccionario».

Corria o anno de 1811, em que já se tinha começado a demolição de varios edificios publicos na Velha Cidade de Goa e, entre estes, o da Egreja do Recolhimento da Serra, fundação do proprio Albuquerque. Em 1842, no governo do conde das Antas, apenas ficava o frontispicio com a estatua de Albuquerque, tendo aos respectivos lados a esphera armilar e o seu escudo d'armas e, por baixo, uma lapida com inscripção. Tambem se achavam intactas 4 columnas de granito, que foram trazidas a Pangim para ornarem o monumento de que tratamos. «Hé da Historia que, por hum voto, Affonso de Albuquerque fizera edificar o Convento da Serra em Goa (1); mas nem o sentimento piedoso que lhe deu origem, nem as gentilezas d'armas que acompanharam esse voto, e nem o ser a habitação da Divindade, eximiu o Edificio da destruidora mão do Tempo». Foi por essa epoca (1842), quando ainda se procedia á demolição dêste edificio venerando, que Lagrange preveniu o Governador Geral, conde das Antas, de que «a Estatua do Fundador da Egreja, — do Grande Affonso d'Albuquerque — que se achava no frontispicio, in ser sepultada nas ruinas».

Tanto bastou para que o illustre general, que então dirigia os destinos dêste paiz, mandasse que a Repartição Militar da Secretaria offi-

(1) Isto comprova por correlação de factos, que Albuquerque foi o Fundador da Stª Casa da Misericordia de Gôa, segundo aventei em outro lugar. Conf. *A Misericordia de Goa* do auctor).

ciasse ao Director do Arsenal, a fim de que fossem apeadas a estatua, os dois emblemas, as quatro columnas e a lapida, e depositadas *em lugar seguro*, para serem transportados a Pangim, logo que S. Ex.ª voltasse da sua visita ás Praças do Norte (Damão e Diu), tempo em que era seu pensar fazer erigir o monumento em uma das Praças da capital, «não só como reparação da injuria soffrida, senão para que a sua presença (da estatua) recorde a Nacionaes e estranhos os portentosos feitos daquelle Varão illustre».

O documento em seguida transladado dirá melhor como foram os primordios déste acto de reparação e justiça prestado á memoria do conquistador de Gôa. Ei-lo:

## Documento X

N.º 223 — Ill^mo Sr. — Constando a S. Ex.ª o Tenente General Conde das Antas, Governador Geral deste Estado, que no frontespicio da Igreja do Recolhimento da Serra, fundação do Grande Affonso de Alboquerque, em cumprimento de hum voto, e que todavia se mandou demolir no anno 1811, existe ainda uma Estatua daquelle Portuguez Illustre, que ficará soterrada nas ruinas, logo que se acabe a demolição, se a tempo não fôr salva do estrago, e profanação que a ameaça; e querendo S. Ex.ª fazel-a inaugurar em uma das Praças de Pangim, não só como uma reparação da injuria soffrida, senão para que a sua presença recorde a Nacionaes e estranhos os portentosos feitos daquelle Varão exellente; encarrega-me o mesmo Ex.mo Sr. de dizer a V. Sr.ª, que a faça apear do logar, em que se acha, juntamente com a lapide inferior, em que ha uma inscripção, e as decorações lateraes, confiando este trabalho a um perito que se responsabilise pela sua execução, para que a Estatua se não quebre ou deturpe no acto de ser apeada.

Outrosim ordena S. Ex.ª, que V. Sr.ª faça igualmente apear as quatro columnas iguaes do portico da mencionada Igreja com seus respectivos pedestaes, que S. Ex.ª destina para o monumento, de que ha de formar parte a Estatua; e que todos estes objectos sejam depositados em lugar seguro, para serem transportados a Pangim, logo que V. Sr.ª receba a competente ordem, o que

terá logar depois do regresso de S. Ex.ª das praças do Norte, que brevemente vai inspeccionar.

Deus Guarde a V. Sr.ª — Palacio do Governo Geral em Pangim, 30 de novembro de 1842. — Ill.mo Sr. Torcato José Marques — José Maria Leopoldino, Director. (Bol. Off. n.º 54 de 1 dez. 1842).

*

* *

Logo após o seu regresso das Praças do Norte, a 23 de janeiro de 1843, publica-se o diploma pelo qual o nobre e valente general nomeia uma commissão (1) de pessoas idoneas, e a que preside o major de engenheiros José da Costa Campos, ao tempo inspector e director das obras civis, e que foi tambem o architecto e engenheiro constructor do monumento, que absorvia por completo as mais solicitas attenções do sympathico e zeloso Governador Geral. Tal era o carinho e o interesse que elle votára a essa grandiosa obra de reparação nacional, que não só exigiu, que a commissão lhe désse *partes mensaes do progresso dos seus trabalhos*, mas ia até elle proprio inspeccionar as obras e informar-se dos seus detalhes. Nada se poupou: o Governo veio em auxilio dos subscriptores, cedendo os materiaes dos conventos demolidos e as velhas peças d'artilheria que, antes do recente engradamento, circumdavam o monumento, ligadas umas ás outras por duas ordens de correntes de ferro. O General queria, que esse padrão immorredouro da gloria nacional fosse fabricado *com o maior esmero e solidez*. Mas as difficuldades a superar foram enormes em razão do terreno ser pantanoso ou de vasa, e a construcção em si de estylo archi-pesado. E tal foi o jubilo do

(1) Varias foram as commissões nomeadas pelo conde das Antas a fim de angariarem meios pecuniarios para o monumento. Até 13 de abril, data do seu regresso para o reino, pouco se ponde colher. As obras, que começaram em fevereiro de 1843, soffreram varias interrupções, tendo-se aberto novas subscripções em 1843-1844; 1845-1848. Em 1847, epocha da inauguração, o monumento ainda estava incompleto, e os trabalhos continuaram até 1853. A receita total deu:

8.751:03:16 xerafins

Despeza — 8.120:00:33 3/4

Saldo — ... 631:02:42 1/4

Com esse saldo e o subsidio de 1 000 xerafins por conta do thesouro publico, esperava o engenheiro José da Costa Campos embellezar aquelle monumento com uma graile e balaustrada em torno (cf. o excellente trabalho *Telas e esculp.* pgs. 67, 68, e 69 do snr. Luiz Gonçalves).

conde das Antas ao vêr o seu doirado sonho realisado, que não poude resistir ao vehemente desejo de significar ao *seu engenheiro* o apreço em que tinha a sua probidade e zêlo que — frizava o Governador — o *faz merecedor da maior consideracão* (1).

As obras, como se disse, começaram a 17 de fevereiro de 1843, exactamente 333 annos depois da 1.ª tomada de Goa pelo *illustre Capitão*, a quem, por desgraça das nossas coisas, tardiamente se pagava essa urgente e imperiosa divida de honra. O documento que segue virá esclarecer esta segunda phase da historia e construcção do monumento, pondo em fóco a bella, enorgica e attrahente figura do homem que soube, cabal e adequadamente, honrar as suas gloriosas tradições de soldado, como brioso militar que era, e saldar a divida sagrada que, como bom portuguêz, devia ao illustre Portuguêz e glorioso Soldado, como elle. Eis o documento alludido:

## Documento Y

N.º 172 — O Conde das Antas, Governador Geral do Estado da India, determina o seguinte:

Achando-se de facto dissolvida a Commissão que foi encarregada de promover, e cobrar a subscripção voluntá-

---

(1) Vem, por isso, a proposito dar aqui a carta, que o conde das Antas, *no momento de deixar a India*, dirigiu ao major José da Costa Campos, que foi, d'entre os membros da colonia portugueza da India, o exemplar mais acabado da pobreza e do saber ligados á honra e á probidade. Eil-a:

Ill.mo Seor.

Nova-Goa 25 Abril 1843.

No momento de deixar a India, eu cumpro hum acto de rigoroza justiça, agradecendo a VS.ª a boa vontade com que desempinhou todas as commissões de que o encarreguei, e bem assim a probidade e Zello que apresenta em tudo quanto he Serviço, o que o faz merecedor da maior concideração; e que terei o maior prazêr podendo concorrêr p.ª que V. S.ª seja recompensado como merecem Seus Valiozos Serviços.

V. S.ª pode contar sempre com a minha certa vontade para quanto seja Servido, e acreditar que com muito gosto me assigoo.

De V. S.ª Muito Att.º Vr.º Obrg.º

Ill.mo Senr. Major. Campos.

O Conde das Antas

ria para o Monumento que se ha de levantar na Praça de Pangim (vulgo das Sete Janellas) á memoria do grande Affonso Albuquerque segundo o pensamento constante do Officio n.° 223 da Repartição Militar da Secretaria, dirigido ao Director interino do Arsenal, estampado no Boletim n.° 54 do anno passado, e na conformidade da planta e perspectiva que já se acha traçada, e approvada; e sendo mister dar-se quanto antes principio a esta obra, para que a acção do inverno não possa estragar o que se tiver podido concluir, quando essa estação se declarar; incumbindo-se de sua direcção, execução e contabilidade, uma Commissão permanente composta de pessoas intelligentes e zelozas, e presidida por um Official do Corpo de Engenheiros de provada capacidade, para regular a ordem dos trabalhos, e dirigir os detalhes de construcção com a maior economia, e escrupulosa attenção, a fim de que o Monumento allias accommodado ás fortunas dos contribuintes, seja ao mesmo tempo fabricado com o maior esmero, e solidez: Hei por conveniente nomear para membros da referida Commissão os individuos abaixo relacionados, os quaes passarão immediatamente a constituir-se, procurarão realizar a subscripção já promovida e amplial-a, se for possivel, e fazer todas as desposições necessarias para que a obra se comece no dia 17 de fevereiro proximo, em que se completam 333 annos que o Heroe da Azia tomou pela primeira vez a Cidade de Gôa aos Mouros, que a possuiam, contando com toda a cooperacão do Governo, alem dos materiaes dos Conventos demolidos. e das peças d'Artilheria incapazes, para decoração da Praça. A mesma Commissão o tenha assim entendido, e execute, dando-me partes mensaes do progresso dos seus trabalhos. Palacio do Governo Geral em Pangim, 23 de janeiro de 1843.— *Conde das Antas.*

Presidente — O Major Inspector, José da Costa Campos.

Vogaes — O Capitão do Batalhão provisorio d'Infanteria, Ignacio Augusto Alves — O Contador Geral, Joaquim Pereira Xavier de Souza — O 2.° Tenente do Corpo de Engenheiros, Francisco José de Araujo — E o escripturario da Contadoria, João Vicente Gomes da Silva, que será Secretario. Palacio do Governo Geral em Pangim, 23 de janeiro de 1843. — *Conde das Antas.* (Bol. Off. n.° 9 de 30 janeiro de 1843).

*

* *

A este monumento, *no gosto do Templo da Gloria*, teem sido notados alguns defeitos, o principal dos quaes é o ser fechado por uma cupula; mas a razão disto está em que a estatua (1) sendo *incompleta posteriormente, por ter sido feita para ter as costas para a parede* (no frontisficio da Serra), e ombora tivesse sido restaurada pelo artista hindú *Roguna-tazó*, mal poderia resistir ás chuvas torrenciaes dos trapicos. Alóm disto, o feitio de templo ou mausoleo coaduna-se perfeitamente com os monumentos similares na India, e attrahe naturalmente, pelo seu estylo, a curiosidade dolente déstes povos. Não era á sepultura de Albuquerque que os indios iam pedir justiça contra as demasias de que se queixavam? O ser fechado, pois, representa uma necessidade, e o estylo parece-me *intencional* da parte de quem o concebeu e executou. Da mesma sorte se me afigura, que a face voltada para o Sul, como já notei, em vêz de encarar o Quartel, representa outro destgnio do artista, que muito de proposito collocou, na parte concova da ababoda referida a esse ponto cardial, a esphera armilar, e ao norte, o escudo d'armas do invencivel heroe. Não deixára Albuquerque o seu querido Portugal *ao norte*, para vir conquistar á corôa do seu Rei as ignotas paragens, que se extendiam para além do decantado reino do *Prester John, ao sul*? Notou-se tambem que o local não era o mais apropriado; mas o que assim pensava, elle proprio aventou a explicação dizendo, que o conde das Antas e Lagrange, que escolheram o sitio, o fizeram com a idea de ennobrecer o Quartel de Artilheria, ou *talvêz de dar o Regimento por guarda d'honra do Heroe*.

Reza a tradição que um outro projecto mais elegante e no estylo gothico-manuelino, devido ao primoroso artista, o 1.º visconde de Bucellas, o que se destinava á estatua que o conselheiro Ferreira Pestana

(1) A estatua esteve a principio na *porta da Ribeira*, por onde entraram os portuguezes em 25 nov. 1510 Quando essa porta foi demolida em 1580 por ordem do governador Jorge Cabral, que em seu lugar construiu a capella de S. Catharina, foi a estatua transferida para a *porta de N. S. da Serra*, chamada antigamente *dos barões* e mais tarde *dos condemnados*. Posteriormente, tendo se construido sobre a abobada da dita *porta dos barões* a capella destinada a servir de oratorio aos criminosos que deveriam ser justiçados no proximo Pelourinho, a estatua dourada de Albuquerque foi novamente transferida, e d'esta vez para o frontespicio da egreja de N. S. da Serra, piedosa construcção d'aquelle *terrivel* heroe. Lá a viu em 1608 o viajante Francisco Pyrard. (Conf. Snr. Luiz Gonçalves. *Telas e esculpturas* pg. 65).

mandara vir de Lisboa, foi posto de parte, e executado, afinal, o do major-engenheiro Costa Campos.

O illustre Governador *contrariado pela demora e outros embaraços* na factura e remessa da estatua, que encommendara á Academia das Bellas Artes de Lisboa, e *insofrido de tributar homenagem ao Heroe*, resolveu inaugurar a que tinha vindo da Cidade Velha, em 29 de outubro de 1847, anniversario natalicio do Rei artista, a fim de que, rememorando-se os annos de D. Fernando, *se obsequiasse a memoria de hum dos mais aguerridos e illustres filhos de Portugal, que El-Rei escolheu para sua nova Patria.*

Deixemos agora que um bello documento d'essa epoca, na sua linguagem vibrante e pomposa, o de um deslumbrante enthusiasmo patriotico, nos descreva a ruidosa e brilhante festa da inauguração do monumento. Ei-lo:

## Documento Z

O crepusculo, precursor do dia, succedia a hum bello luar — as muzicas percorrendo as ruas avisavam que era necessario que os habitantes de Nova Goa se apressassem a gosar o Grande Dia 29 de outubro de 1847. Pouco depois rebombavam os canhões, formigava o Povo nas ruas, e seguiam-se os Corpos Militares, as Senhoras, os Cavalheiros, os Estrangeiros a occupar o Campal, onde ás 7 horas chegou S. Ex.ª o Sr. Governador, seguido do seu Estado-Maior, e muita Officialidade.

O Sr. Tenente Coronel Pimenta tomou, segundo o Programma, o commando da Força, que já sabemos de que era composta, e como estava classificada.

O de que fazemos especial menção, e não só por opinião propria, mas pelo voto geral de Nacionaes e Estrangeiros, he que a Tropa estava n'hum accio que não he acreditavel fóra do Paiz, e que as manobras foram desempenhadas com huma precisão digna de todo o elogio, especialmente quando se attende ás difficuldades de se dar aos necessarios exercicios, pela affluencia de serviço a que he chamada. Os vivas a Suas Magestades, e á Carta entoados pela primeira Authoridade do Estado, foram repetidos por todos com o mais vivo enthusiasmo.

Pouco antes do meio dia, hora do Cortejo, foi S. Ex.ª Rev.ma o Arcebispo Primaz do Oriente, (D. José Maria da Silva Torres, 25.º arcebispo. Governou 7 março 1844 — 26 março 1849, V. Mitras luzitanas no Oriente pag. 466),

recebido no Palacio do Governo com a etiqueta devida á alta posição, que occupa, e com o agrado de que he credor pelas suas qualidades publicas e particulares.

O Cortejo e o Baile á noute foram dos mais numerosos a que temos assistido, o que antecipadamente se previa pela affluencia de pessoas e familias que tinham vindo das Provincias, e mesmo de Estrangeiros.

Que he de admirar o empenho de tomar parte no jubilo do Dia 29 de Outubro!? Aquem deixava de ser presente que se festejava o Anniversario do digno Esposo da Senhora D. Maria II — o Pae dos Principes Portuguezes mais bem educados de quantos a purpura Real tem agazalhado!?

Dadas as salvas, e findo o Cortejo o Ex.mo Governador acompanhado dos Membros presentes da Camara Municipal, e mais pessoas que alli se achavam, se dirigiram ao Monumento, que a gratidão e o assombro dos Portuguezes na India acaba de erigir ao Heroe que sobresahiu aos tantos Heroes do XVI seculo.

He da Historia que, por hum voto, Affonso de Albuquerque fizera edificar o Covento da Serra em Gôa; mas nem o sentimento piedoso que lhe deu origem, nem as gentilezas d'armas que acompanharam esse voto, e nem o ser a habitação da Divindade, eximiu o Edificio da destruimão do Tempo.

Demoliam-se os seus restos, quando hum espirito illustrado (1) fez prevenir o Conde das Antas, então Governador Geral, de que a Estatua do Fundador da Egreja, — do Grande Affonso d'Albuquerque, — que se achava no frontispicio, ia ser sepultada nas ruinas.

Esta observação não podia deixar de ser bem acceita por hum General Portuguez. A Estatua foi transladada para Pangim. Assentou-se em se lhe erigir hum Monumento, por meio de subscripção voluntaria; creou-se para isso huma commissão administrativa, que tem tido successivas alterações, mas sempre presidida pelo encarregado

(1) O ex-Secretario Claudio Lagrange de Barbuda. Entregue-se esta verdade á Historia; preste-se esta homenagem á memoria daquelle prestimoso Funccionario.

da construcção, e autor do Projecto, o Major do Corpo d'Engenheiros o Sr. José da Costa Campos. (1)

Lançou-se a primeira pedra com toda a solemnidade no dia 17 de fevereiro de 1843, quando fazia 333 annos, que o Conquistador de Gôa a tomara pela primeira vez.

A Estatua transladada recommendava-se pela sua veneranda antiguidade, mas achava-se mutilada, e incompleta posteriormente, por ter sido feita para ter as costas para a parede; e por isso o actual Governador Geral, S. Ex.ª o Sr. Conselheiro José Ferreira Pestana, havia pedido que pela Academia das Bellas Artes de Lisbôa se fornecesse huma Estatua adaptada ao Monumento. Contrariado porém pela demora e outros embaraços, insofrido de tributar homenagem ao Heroe que teve em espanto e terror os Povos desde o Golfo Persico até os mares da China — ao Capitão que, depois de feito o seu tirocinio de bravura em Larache e Arzila, duas vezes conquistou Ormuz; que primeiro com o nome e depois com a espada se apossou de Gôa; que subjugou Malaca, Soar e Orfação; que reduziu ao nada Curiate, e Mascate; — ao Politico que assenhoreando-se de Ormuz, de Malaca, e tentando outro tanto em Aden procurava fazer a Corôa Portugueza Senhora do Golfo Persico, dos Mares da China, e do Mar Rouxo — ao Conquistador finalmente, que preferira Gôa para Cabeça da Asia inteira: procurou S. Ex.ª e conseguiu que o Artista Rogunatazó restaurasse com summa felicidade a antiga Estatua; e que se obsequiasse o Dia Natalicio de Sua Magestade o Senhor D. Fernando II, obsequiando se a memoria de hum dos mais aguerridos e illustres filhos de Portugal, que El-Rei escolheu para sua nova Patria.

O Monumento no gosto do Templo da Gloria, ornado de doze elegantes columnas, de ordem composita, 4 das quaes ornaram o portico da antiga Igreja da Misericordia; e não o descrevemos meudamente, porque contâmos que vae ser reduzido a estampa, para ser destribuido pelos Sr.ˢ Subscriptores.

Chegados ao Monumento, S. Ex.ª o Sr. Governador espargiu flores na base da Estatua; e, depois de huma

(1) A escolha do local, não talvez o mais conveniente, foi do ex-governador conde das Antas, e do Secretario Lagrange, de certo com a idea d'ennobrecer o grande Edificio em frente, o Quartel de Artilheria — ou talvez de dar o Regimento por guarda d'honra do Heroe.

pequena allucução, dictada pela modestia de Autor, repetiu com a emphase do enthusiasmo e da convicção o seguinte:

Albuquerque terribil, surge novo
Em novo Monumento, em Nova Gôa!
Tu, pol-o grato Indiano Povo,
Levanta a tua voz até Lisbôa!
Dirige quanto vês, fructo ou renovo
Das Plantas, que pozeste em terra boa;
Desta terra, que tu reconquistaste,
Onde o nome d'Affonso eternizaste.

A' gente, que te ergueu o Monumento,
De Gratidão modesto testemunho,
Grita-lhe; e verás seu ardimento...
Arranca a espada qu'inda tens em punho;
Grita — que, em pedra mesmo, o pensamento
Guardado tens do amor, d'eterno cunho,
Que liga o Povo ao Rei; que o Mundo escóra;
— Vivam os nossos Reis, que o Povo adora!

S. Ex.ª foi victoriado pela sua Poezia; e as bandas dos Regimentos dirigiam seus hymnos ao Heroe dos tempos do apogeo da gloria Luzitana, em quanto S. Ex.ª e os mais circunstantes iam atraz de hum pensamento que naturalmente vem apoz a recordação de um grande General: vêr os Soldados — transmittir aos Soldados no leito do soffrimento as gratas idéas que pelo seu estado lhes não era dado ir beber na propria fonte.

S. Ex.ª e a comitiva foi com effeito ao Hospital Militar, que viu e examinou com zelo de General, com caridade de christão, e com o interesse de Filosofo.

### Oitavas feitas á Memoria d'Affonso de Albuquerque

Contempla, Caminhante, este Padrão,
Em honra d'Albuquerque levantado,
Contempla nelle o Luzo Capitão,
Que foi da Azia toda respeitado;
A quem o altivo Mouro, e o Pagão
Tinham, vencidos, as terras entregado;
Que espanto foi de todo o Oriente,
Que admira Albuquerque e a Luza gente.

Invencivel Heroe, cujas proezas
Fez a fama no orbe tão temidas;
Como outr'ora as bellicas emprezas
De Alexandre, Scipião e Leonidas;
Tu, que, do mando as barbaras ferezas.
Fizeste as luzas Armas conhecidas
De todo o Oriente, que confuzo
Albuquerque respeita, e o Poder Luzo.

Cap. Sem.

(Bol. Off. n.º 46 nov. 1847).

F. Ayalla.

(*Continúa*)

# TRES INSCRIPÇÕES DO VOTO DA CONCEIÇÃO

Como um modestissimo preito á Santissima Virgem Maria n'este anno jubilar da definição da sua Immaculada Conceição, vamos deixar colligidas n'esta revista — onde têm opportuno cabimento — tres memorias dispersas em varias publicações, existentes na India, do voto feito por El-rei D. João IV no anno de 1646, juntamente com as côrtes do reino, de defender esse mysterio que, em 8 de dezembro de 1854, o grande pápa Pio IX proclamou como dogma da fé.

Comecemos por casa.

Aqui em Diu, terra de monumentos do viver e crêr portuguez, existe, sobre o portão do castello, ao norte, olhando para o pateo chamado de S. Martinho, uma lapide, representada na gravura que juntamos, pintada modernamente a tres côres — amarella, branca e vermelha — tendo no alto uma cruz de Christo sob fundo em alto relevo (estilo antigo) medindo $3^m$, $36 \times 1^m,87$, e por baixo da cruz as armas reaes, com a seguinte legenda:

(Armas reaes)

Æternit sacr. Immacvlatissimæ
Conceptioni Mariae Joan IV Por
tvgall. rex vna cvm general. c
omitiis se et regna sva svb ann
vo censv tribvtaria pvblice v
ovit, atqve Deiparam imperii
tvtelare electam a labe orig
inali praeservatam perpetvo
defensvrum jvramento firma

*Fig. 7*

LAPIDE DO VOTO DA CONCEIÇÃO EM DIU

vit. Viveret vt pietas lvsitana
hoc vivo lapide memoriale per
ene exarari jvssit anno Chris-
ti MDCXLVI imperii svi IV (1)

(Armas particulares) (2)
Governando esta fortaleza Ignacio
Sarmento de Carvalho mandou
faser este padrão da Serenissima
Senhora da Conceição na era de 1656.

O douto Cunha Rivara, que publicou esta inscripção em 1865, fél-a acompanhar dos seguintes documentos que mostram a origem d'esta lapide e de outras similares da India:

(Carta régia) «Conde Viso Rey, amigo. Eu El-Rey vos envio muito saudar como aquelle que amo. Encomendovos vejaes a copia da carta e inscripção que mandei escrever ás camaras das cidades, villas, e lugares destes Reinos, e façais na cidade de Goa e nos mais lugares notaveis do Estado da India, executar aquella Resolução na forma que vos parecer mais conveniente. Escrita em Lisboa a 15 de março de 1655 — *Rey* — Para o Conde V. Rey da India».

«Copia. — Juiz, Vereadores e Procuradores da Camara de Coimbra, Eu El-Rey vos envio muito saudar. Para que seja notorio a obrigação que eu e todos meus vassallos temos de defender que a Virgem Senhora Nossa foi concebida sem peccado original; ouve por bem resolver que em todas as portas e en-

(1) Adeante vae uma inscripção em portuguez que é a traducção d'este texto latino.

(2) Que não são as dos Carvalhos, como poderia suppôr-se pelo têor da inscripção, nem alguma das que o senhor Conde de Sabugosa reproduz n' *O Paço de Cintra*, a pg. 188. O brazão dos Carvalhos é esquartelado de azul, tendo uma estrella de oito pontas de ouro dentro de uma caderna de crescentes de prata; timbre, cisne de sua côr, armado e membrado de ouro (V. a planta do teeto da sala dos *veados*)

tradas das cidades, villas e lugares de meus Reynos se ponha em huma pedra bem lavrada a Inscripção, de que será copia com esta carta. Encomendovos a façais pôr nas portas e lugares dessa cidade, e me aviseis de como o tendes executado. Escrita em Alcantra a 30 de junho de 1654». (L.º das *monções* n.º 25, fl. 232).

«Não está no livro a copia da insoripção». (1)

---

A 2.ª inscripção do que temos conhecimento, tambem é em latim, mas com ligeira alteração no texto. Debaixo do arco dos Vice-Reis em Velha-Goa, se vê o busto de D. João IV, tendo á direita as armas reaes com corôa fechada, e á esquerda a imagem de Nossa Senhora da Conceição; por baixo do busto este letreiro:

Legitimo e verdadeiro Rey Dom
João IV restavrador da
liberdade portvgveza

*Por baixo esta lapida*

Sanctissimæ Conceptio
ni Mariæ Joannes IV Por-
tvgaliæ Rex vna cvm ge-
neralibvs comitiis se et
Regna sva svb annvo cen-
sv tribvtaria pvblice dica-
vit atqve Deiparam in im-
perii tvtelarem electam
a labe originali praeserva-
tam perpetvo deffensv-
rvm jvramento firmavit
et vt viveret pietas lvsi-
tana hoc vivo lapide in
memoriale perenne exa-
rari jvssit. Anno Chris-
ti MDCXLXI imperii
svi VI.

---

(1) *Inscripções de Dio*, pg. 13-14, nota.

Esta escriptura por muito
apagada mandou o Senado
gravar de novo e reparou
este arco em 1831.

---

A 3.ª inscripção é em portuguez. A lapide respectiva foi em tempo recolhida em Bombaim, no museu da Real Sociedade Asiatica; pertenceu de certo álguma fortaleza do Norte, de Chaul talvez. Mal interpretada a principio pelo padre Poli, da companhia de Jesus, a inscripção foi em 1868 posta nos seus devidos termos por Cunha Rivara, pela seguinte forma:

Consagrada á eternidade.
D. Joam IV rei de Portvgal
em as cortes que celebrov
no anno de 1646 fes tribvtario
a si e a sevs reinos com
annva pençam a Immacvlada
Conceiçam da Virgem
Senhora e com pvblico
jvramento prometeo
defender qve a mesma
Senhora eleita padroeira
de sev imperio foi preser-
vada de toda a macvla
de peccado original.
Pera qve a piedade por-
tvgveza vivesse mandov
abrir nesta pedra esta
perpetva lembrança
no XV anno de sev imperio
e no de Christo 1655
fes esta obra na era
de 1656. (1)

---

(1) *O Chronista de Tissuary*, vol. 3.º, pg. 167.

E' grato ao coração de todo o portuguez e de todo o crente evocar estas memorias de tempos idos, de tempos felizes, que de vez em quando não deixam de lançar, mercê da Providencia, pallidos reflexos da pristina gloria.. Assim, fecharemos esta breve commemoração historica, com a elegante prosa do eminente estylista e bomem d'Estado que se chamou Antonio Ennes:

«Tambem me recordo, Senhora, — dizia o antigo Commissario Régio de Moçambique, na dedicatoria do seu livro *A Guerra d'Africa em 1895* a Sua Magestade Rainha a Senhora D. Amelia —, de que n'esse mesmo lance, a 8 de dezembro, dignou-se Vossa Magestade de dizer-me, textualmente, com estremecimento de commoção na voz, que estimava bem que partissemos n'aquelle dia consagrado á Padroeira do Reino porque a Virgem nos protegeria. Enternecenme este auspicio, que a recordação das minhas crenças de infancia e o respeito pelas devoções da santa, que foi minha mãe. acolberam reverentemente como uma benção e um talisman piedoso. Não pude mais esquecel-o. Meditei n'elle, notando que o combate de Marracuene, em que o salvamento pareceu milagre, foi travado n'um dia em que tambem a Egreja celebra Maria, a 2 de fevereiro. Foi a 15 de agosto que tive a inspiração de romper hostilidades contra o Gungunhama, e — notavel coincidencia! — n'essa data festeja-se a Senhora da Gloria. Em Magul, a victoria de 275 soldados contra 6 mil cafres foi de molde a persuadir que não só o valor a ganhára: e a 8 de setembro commemorava-se o nascimento da Mãe de Jesus!...»

(Diu). JERONYMO QUADROS.

# A TORRE DE VYMÃ

A leitura do apreciavel artigo — *Apostas em Diu* — do Sr. Carmo Nazareth (1), conjugada com uma vaga referencia, que se nos deparou, ao folhear uma antiga collecção dos Boletins do Governo d'este Estado, levou-nos a perquirir mais d'espaço sobre a origem d'uma secular torre, existente n'esta Praça, a qual, tendo a sua historia ligada a essas apostas, é, ainda hoje, um dos monumentos que attestam, de alguma maneira, a importancia do antigo commercio portuguez ao sul do Kathiawar. Não será deslocado, pois, que traslademos para as paginas d'esta Revista o resultado das nossas investigações.

Ao sul da Praça de Diu, sobre um comoro de rocha, ergue-se uma torre quadrangular, d'altura d'uns vinte metros, chamando a attenção de quem, diversificando por este lado o seu passeio ordinario, queira aspirar as fagueiras brisas do mar e contemplar o raivoso despedaçar das ondas sobre os rochedos, que, offerecendo uma tranqueira natural, aquentam o embate e neutralisam o esphacêlo d'esta lusa terra, que o Oceano Indico debalde pretende con-

(1) No n.º 8 d'esta Revista.

quistar — mesquinha vingança, talvez, do *pavôr* que, ha 3 seculos, lhe incutiram as naus da armada do «Ultimo Heroe Portuguez no Oriente», quando, n'um rasgo de audacioso valor, fez *tremer* sob sua armada os mares da alterosa Cambaya.

Essa torre, que vulgar e impropriamente é conhecida por *Torre de Bimbão*, tem uma chronica curiosa, como a tem qualquer monticulo de ruinas, as vezes uma simples pedra d'esta famosa terra, theatro de épicas façanhas, outr'ora, tão prospera e florescente (1), hoje, bastante decahida pelos repetidos assedios do infortunio!

Nos primeiros lustros do seculo findo, Diu, comquanto na sua evolação progressiva, mantinha todavia um commercio animado com a provincia de Moçambique. Galéras, palas, e brigues (2) levando os porões cheios, em maior parte, de apreciadas fazendas estampadas e tecidas (3), ali muito procuradas, traziam, em permuta, principalmente. tartaruga e

---

(1) Diz o desembargador Magalhães nas suas memorias ácerca de Diu que, depois da conquista dos portuguezes, em 1535, a consideração de Diu augmentou; muitas familias europeias se estabeleceram n'aquella ilha: só a população do recinto da Praça chegava a 50 mil almas! finalmente depois de Gôa, era Diu o mais rico imperio do Oriente, — *Illustração Goana*, maio de 1866.

Hoje tem apenas 2014 fogos a freguezia de N. Sra. da Conceição, composta da Praça e da populosa aldeia de Gogolá, que demora no continente. Todo o districto tem 3,367 fogos, e a população é de 14,614 habitantes, — Censo da população do estado da India, de 1900 — Vol. IV pag. 66.

(2) Não nos foi possivel obter, por não existir, uma relação authentica dos barcos de gavea, que existiam n'este districto; porém, informações coetaneas nos asseguram que até 1840 existiam: 1 galéra, 2 palas e 3 brigues. Hoje existem só dois brigues — Flor do Mar — e Flor de Diu — pertencentes, este a Magane Áridás, e aquelle a Tulcidás Madongy, ambos banianes d'este districto.

(3) Era e é ainda a principal industria do districto; hoje bastante decahida, pela competencia de fabricas a vapôr.

marfim,(1) a ponto de,—pessoas ha que se lembram ainda com magoada saudade!—por não haver lugar nos armazens da alfandega local, ficarem os dentes de marfim, no largo do edificio, que era murado,(2) amontoados como lenha! E' que o fulgurante sol da India ainda não se velára, por momentos sequér, com densas e negras nuvens que a combustão da hulha por ahi levanta, e as salsas ondas do seu mar continuavam virgens ás aceleradas quilhas d'esses bojudos armazens fluctuantes, que, fazendo derivar aquelle antigo trafico para outros e melhores mercados, déram o golpe de morte ao limitado commercio de Diu, com a musica surda e rythmada dos seus poderosos helices, cortada, de vez emquando, pelos estridentes e barythonicos solos dos seus retumbantes apitos!

Taes barcos, só em determinadas monções, faziam as suas viagens, á ida como á volta, sendo, como eram essas viagens, algumas vezes, assás accidentadas, devido quer ás intemperies das estações, quer á deficiencia nautica da campanha,(3) ou quer á caça que os piratas arabes, farejando valiosas mercadorias, lhes davam no alto mar, na qual poucas vezes os atacados levavam a melhor.

A probabilidade da perda das mercadorias obrigava os respectivos donos a segural-as; o que se convencionava com os capitalistas d'esta Praça,

(1) Cremos que a abundancia d'este genero, trazendo a barateza, deu lugar ao seu uso geral. Não ha mulher em Diu, seja da mais infima casta (dér), que não cinga os seus pulsos com manilhas de marfim.

(2) Foi demolida em 1898, no governo do sr. A. R. Pereira Nunes, dando lugar ao esplendido largo, que, hoje, aformoséia as visinhanças do principal caes da Praça.

(3) Como então os conhecimentos nauticos eram apenas practicos, não é para admirar, que a impericia da campanha trouxesse algum accidente. Hoje que estão elles bastante vulgarisados, theorica e praticamente, as Companhias Inglezas os valorisam, engajando para os seus barcos

affeitos a semelhantes negocios (1), os quaes a seu turno, soffregos por assistirem á chegada d'esses navios, e dominados d'essa ancia peculiar a todo o jogador, deixavam de vigia, em observações ininterruptas, mezes e mezes, individuos munidos de oculos

---

muitos marinheiros, especialmente mouros, da India. Quasi todos os vapores da *Companhia Shepherd* são tripulados e commandados pelos mouros, em maior parte portuguezes, de Damão. Em 1850 houve já um mouro indo-portugez, que levou o seu barco, pela primeira vez, a Portugal, como se vê da seguinte noticia:

«Em 23 do corrente largou d'este porto (Barra de Aguada) para o de Lisbôa, com escala por Moçambique e Angola, a Barca Nacional — Xá Alamo — tripulada por Mouros e tambem commandada por um Mouro, graduado em 1.° tenente da Marinha — o sr. Mussagy Vallegy — proprietario e carregadôr da mesma barca. He certamente «esta a «1.ª vez que uma Embarcação tripulada por Indios se vae apresentar «no Porto da Capital da Monarchia Portugueza; o que, porisso mesmo, «deverá causar alguma novidade aos seus habitantes, nem nos recorda- «mos de ter, em épochas passadas, navegado para a Europa embarca- «ção alguma, que houvesse pertencido ás Praças de Goa, Damão e Diu, «a não ser uma pequena Frusta (embarcação de penão) de que a histo- «ria faz menção, commandada por Diogo Botelho, filho bastardo de «paes portuguezes, mas natural da India, levando a El-Rei D. João 3.° «a nova da cessão, que fez da fortaleza de Diu o Sultão Badur, em «1536 (1), governando então a India Nuno da Cunha.

«A referida Barca he pertencente á Praça de Damão, de donde he «natural o seu proprietario e he d'alli que sahiu com a carga comple- «ta de — arroz e cairo, — fazendo escala por este porto de Goa. Se «attendermos á natureza da mesma carga, á pouca capacidade da em- «barcação — 281 toneladas — e á muita equipagem engajada por pre- «ços subidos, por a 1.ª vez que passam o Cabo tormentoso, talvez pos- «samos avançar — que a presente especulação não virá a ser de muito «proveito ao sr. Vallegy, mas nunca de perda; no emtanto a experien- «cia mostrará o que para o futuro melhor lhe convirá; — e nós em «extremo folgaremos que o seu exemplo seja seguido por muitos outros, «dedicando-se á vida mercantil, e com especialidade á alta navegação «d'onde não só resulta a prosperidade da Nação, sendo tambem o aug- «mento da sua civilisação» — *Boletim do Governo*, n.° 9 de 1850.

Este mouro veio a fallecer, não ha dois lustros. Segundo nos informam em todas as occasiões solemnes envergava elle a sua farda de 1.° tenente d'armada, e no seu funeral uma força de capitão fez as honras militares.

(1) Ainda hoje muitos capitalistas da localidade acceitam seguro das mercadorias importadas e exportadas. Não tem estatutos, nem tabella fixa; mas conforme o tempo e o porto para onde se destinam, ou donde são importadas. —

de grande alcance nos mais altos terraços das casas, que ficam ao sul da Praça.

Com o tempo, porém, os senhorios d'esses terraços, se arreliaram com a invasão das suas residencias, e os seguradores pensaram desde logo em ter casa propria para observações a suas expensas, o que deu logar á construcção do primeiro andar da actual torre (1) no mais alto e melhor lugar, (2) a qual, desde então, ficou sendo conhecida como *Torre de Vymã*, (3) palavra que o barbarismo corrompeu em *Bimá*, *Bimão*, e *Bimbão*! Veja-se a gravura que juntamos.

---

Após o jogo de seguro, a ociosidade dos que regressavam d'Africa com importantes cabedaes, e para onde, primitivamente, tinham sido impellidos pelo governo (4), deu origem, n'este districto, ao *jogo das apostas*, (5) que, sendo como é, um contracto

---

(1) Segundo se vê d'uma lapide existente em cima da porta que dá entrada á torre, soffreu esta em 1842 importantes melhoramentos; contruiram-se mais dois andares — vid. a grav: — o que tudo foi feito pelo cavouqueiro Cablá Civande, cujos descendentes usufruem hoje uma quantia rasoavel, não excedente a 20 rupias, que os *apostantes* lh'a pagam; vê-se portanto, que é menos exacto affirmar-se que o governo tinha mandado tapar a porta d'um edificio, que é propriedade particular.

(2) Este logar não tem denominação especial, e fica no bairro dos *goláa* (limpadôres de mantimentos).

(3) *Vymá*, palavra guzorathe, que significa *seguro*.

(4) De um documento muito antigo, que não escapou ás investigações do illustrado governador d'este districto, o sr. J. H. de Moura, e que virá á luz da publicidade em um livro de largo folego, que sahirá breve, vê-se, que os *banianes* de Diu foram forçados a irem colonisar a provincia de Moçambique, foram ellos que levaram o commercio ao interior da provincia, com grande sacrificio de vidas e saude. Carecem, portanto, de mais serenidade de espirito as apreciações que d'elles se fazem actualmente.

(5) O jogo das apostas não tem origem em Diu. Já existia na Europa, e hoje é vulgar em todos os centros *sportivos*. A respeito d'este jogo em Diu, léa-se o Relatorio do mencionado governador, de 1900.

aleatorio, veio alimentar a sofreguidão, em que os jogadores ficavam, para receberem as rendas das suas vastas propriedades, situadas na Africa Oriental (1) e que os mesmos barcos lh'as traziam.

Desde então a *Torre de Vymã* cresceu em apreço, e os poiaes que a circundam, sendo o *rendez-vous* obrigatorio dos amadores da jogatina, serviram como de panno verde, onde, por vezes, se liquidaram fortunas collossaes!

Para a melhor garantia e observancia das condições de que se revestia este jogo, ou *sport* como modernamente se lhe chama, e devido a mil subterfugios de que os infelizes se serviam para fugirem ás obrigações contrahidas, bouve pessoas que propuzeram ao governo a sua legalisação, offerecendo o imposto de 11 *atiás* por cada pataca jogada (2), o qual, crêmos, se não o legalisou, ao menos o tolerou, arrecadando o imposto offerecido, em exclusivo triennal (3) que chegou a render 1500 patacas por anno!

Com o definhamento, porém, do commercio e decadencia da marinha mercante do districto, este imposto foi paulatinamente baixando, sendo em 1852 calculado no orçamento districtal, apenas em 650 xerafins (4).

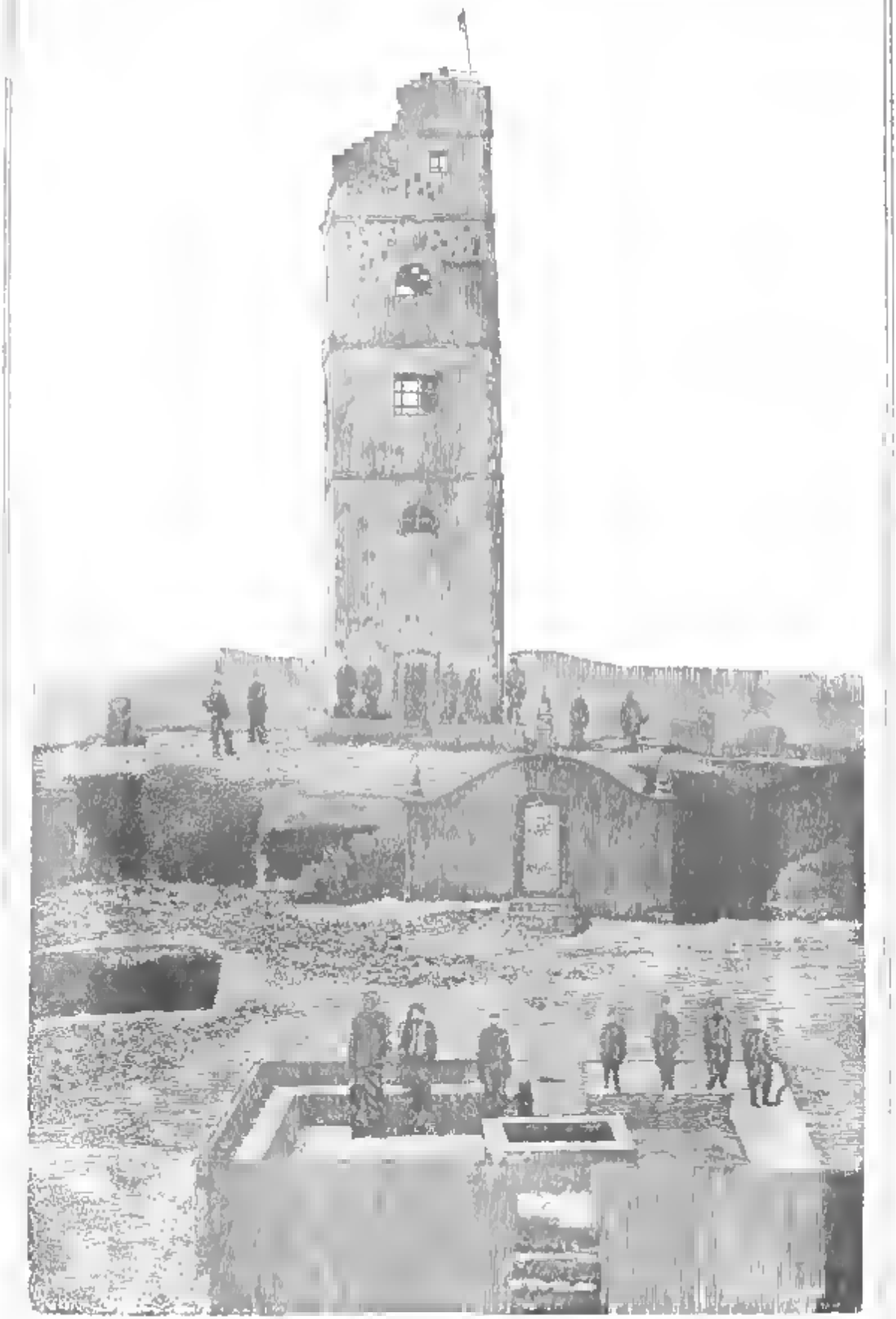
A propagação d'este vicio, já com fóros d'uma instituição, como se fosse inoculando até nas mais in-

(1) Quasi um terço dos predios da cidade de Lourenço Marques e Moçambique pertence aos banianes de Diu.

(2) *Atiá*, moeda de Diu, equivale ao antigo *rubo* do Gôa (4 réis da convenção). A pataca, depois de muitas oscillações teve o seu valor official de 22 tangas antigas (1:43:04). Era moeda corrente em Diu; muitos documentos antigos se exprimem n'essa moeda.

(3) Não se encontra diploma algum, que tenha legalisado o *jogo das apostas*, ou que tenha tido algum *regimento*; que deixa vêr a port. prov. que o extinguiu. O ultimo arrematante foi o baniano Calanchaude Gagagivande.

(4) *Boletim do Governo*, n.º 2 de 1852. E' assignado por Antonio Maria Bouyrat.



TORRE DE VYMĀ

fimas castas, trazendo na cauda um côrtejo de delapidações, desbaráte de muitas fortunas, questões e pleitos renhidos, (1) levou o governo geral a, sob consulta da antiga junta geral do districto, (2) extinguir de vez as apostas em Diu, pela portaria provincial n.° 61 de 24 de abril de 1856, que teve a sancção régia.

Mas creêm os leitores que acabaram as apostas em Diu? Não: inveteradas como estão, continuam ellas á surdina, desafiando a vigilancia das auctoridades administrativas, impotente perante a forma como ellas se realisam, a qual se resume em um abrir e fechar de olhos, ás vezes, n'um simples e *sincero* apêrto de mão, já prevenida de rupias convencionadas.

*Rozario S. da Rocha e Sá.*

(1) No cartorio do julgado municipal existe um curioso processo, emque o arrematante do exclusivo da renda das apostas, declarando-se prejudicado pelas apostas claudestinas, que alguns individuos faziam, os chamou a juizo, pelo crime de furto! Foi isto em 1848, sendo juiz o finado Lino Antonio Manoel de Sousa, de Calangute. Acabou por uma transacção.

(2) E' de 10 de dezembro de 1855, — *Boletim do governo*, n.° 33 de 1856, no qual vem egualmente a consulta da junta geral, e a proposta que a provocou.

# A PRAÇA DA AGUADA

## Dados historicos sobre a sua fundação

No ultimo quartel do seculo XVI accentua-se profundamente a decadencia do nosso prestigio no oriente.

Devido á gravissima crise politica que atravessavamos na Europa, as colonias quasi que só viviam dos seus proprios recursos, insufficientes para arcarem com as grandes difficuldades que por toda a parte nos criavam os indigenas, sempre promptos a revoltarem-se contra a nossa soberania.

Em apoio d'estes, surgiam agora outros inimigos mais temiveis os inglezes e especialmente os hollandezes, que de ha muito lançavam as suas vistas cubiçosas sobre os nossos extensos dominios ultramarinos.

A perda da nossa autonomia foi o signal para se lançarem abertamente no caminho das aventuras, começando por nos atacar o nosso commercio e navegação, verdadeiras bases em que se firmava o nosso imperio colonial.

O sul da India e o estreito de Malaca eram os centros preferidos para os cruzeiros das suas armadas: no primeiro, punham em cheque todo o commercio do Malabar de que se sustentava a nossa India (1): no segundo, to-

(1) N'uma carta dirigida pelos vereadores de Gôa a El-Rey diz-se «que sem Sul não ha India».

lhiam-nos o commercio com a China e o Japão e bloqueavam Malaca de que projectavam apoderar-se.

Passemos uma summaria revista a alguns d'estes factos.

Foi no anno de 1599 que pela primeira vez vieram á India os hollandezes com dois navios, dos quaes um naufragou e outro foi destruido pelos portuguezes.

Apezar d'este desastre, não desanimaram: em 1600 voltam de novo, já acompanhados pelos inglezes, e dirigem-se a Java e Ternate apoderando-se das nossas fortalezas n'aquellas ilhas, no que foram auxiliados pelos naturaes.

Este feliz successo das suas armas incita-os a novos emprehendimentos: em 1603 apoderam-se de uma nau que de S. Thomé de Meliapor se dirigia a Malaca com um carregamento no valor de 300:000 crusados e apoderam-se de mais quatro que iam para Bengala com dinheiro; uma nau que vinha da China, «a mais poderosa e rica nau que nunca partio da China», foi aprisionada junto do estreito de Malaca bem como um junco carregado de viveres destinados á armada de André Furtado de Mendonça, que se empenhava na conquista de Ceylão.

Em 26 de setembro de 1604 chegam á barra de Gôa sete navios hollandezes, vindos de Moçambique, onde se tinham apoderado de uma das nossas naus. Já então se achavam de pé as fortalezas de Reis-Magos (1) e Gaspar Dias (2) e bem artilhadas com pecas recentemente fundidas; d'ellas se fez fogo contra as naus intrusas que tinham lançado ferro no surgidouro defronte do morro da Aguada; mas, ou porque a polvora fosse de má qualidade (3) ou porque o serviço dos bombardeiros deixasse bastante a desejar, a verdade é que o effeito util da artilharia foi insignificante.

---

(1) Da fortaleza de Reis-Magos estavam promptos o forte e a couraça ou bateria razante: foi começada em 1551, continuada em 1589 e concluida em 1707 pelo lado de terra, onde foi construida mais uma bateria, chamada da tenalha.

(2) Construida em 1598 pelo vice-rei D. Francisco da Gama.

(3) Como se lê n'um documento relativo a este assumpto. Antigamente usava-se no serviço da peça de polvora chamada de bombarda; porem por uma carta regia de 24 de fevereiro de 1595 ao vice-rei Mathias d'Albuquerque, se determinou que se usasse d'ahi em diante, a exemplo do que se fazia no reino, de polvora d'espingarda, na quantidade conveniente «em toda a sorte de artilheria.

A' vista de tão diminuto poder offensivo d'aquellas nossas fortalezas, as naus foram deixando-se ficar na mira de aprisionarem as que demandassem o porto, não obstante contra ellas terem sido enviadas tres galés e cinco navios de remos que, á mingua de pessoal e material, nada poderam fazer.

Permaneceram na barra perto de um mez levantando depois ferro com rumo ao Sul.

O vice-rei Ayres de Saldanha manda em seu seguimento vinte navios de remos com o fim de não já lhes impedir mas pelo menos difficultar as communicações com a costa: deram-se alguns recontros que não evitaram que os hollandezes travassem relações com o Samorim a quem offereceram presentes para lhes permittir o carregamento da pimenta.

N'esta epocha falhavam em Gôa os recursos de toda a especie, como se vê do seguinte trecho d'uma carta da cidade de Gôa a El-Rey: «ao presente não ha um galeão nem nau d'alto bordo; a ribeira sem madeira nem cousa de que se possam ordenar; o Estado impossibilitado de dinheiro; os almazens varridos sem huma peça d'artilheria, nem um pelouro, nem chumbo nem ferro de que se façam; cobre para se fundir artilheria não no ha porque não ha China; a polvora é o que dissemos; não se achará um só bombardeiro nem homem do mar» (1) etc.

Apezar d'estas circumstancias precarias, o vice-rey resolve enviar contra os hollandezes uma armada com elementos fornecidos pelas cidades do Norte, de cujas organisação encarrega Cosmo de Lafletá e a quem nomeia capitão da mesma. No fim de alguns mezes conseguiu-se arranjar 5 naus as quaes com mais uma cedida por Cochim e duas outras que accidentalmente poderam ser adquiridas em Gôa, constituiam já uma força importante para os nossos recursos; esta armada porém, não se sabe porque razão, nunca seguio ao seu destino, apezar das instancias que n'este sentido o povo de Gôa, coadjuvado pelo arcebispo primaz, fez ao vice-rei.

Só duas naus foram enviadas em soccorro a Ceylão.

---

(1) Para esta miseria a que chegára a nossa India pediam os vereadores remedio a El-Rey, mas instavam sobretudo por um viso-rey que viesse mais a merecer que a enriquecer, porque a demasia da cobiça-na India a tinha levado a este fim.

As consequencias d'esta irresolução foram conhecidas mais tarde sendo já vice-rei D. Martim Affonso de Castro: por cartas de André Furtado se soube que a armada hollandeza se dirigira a Maluco (1), seguindo d'aqui para Amboino (2), de cuja fortaleza se apoderaram sem resistencia, reconstruindo-a e guarnecendo-a com 150 homens; n'esta empreza foram auxiliados pelo rei de Ternate.

D'aqui voltaram a Maluco onde tomaram a fortaleza com pequena resistencia, a qual tambem reconstruiram e proveram d'artilheria.

A nova da tomada de Amboino causou profunda impressão em Gôa, resolvendo-se logo enviar uma armada que seguiria ao encontro dos hollandezes sob o commando directo do vice-rei.

Como nucleo d'esta, aproveitava-se as sete naus recentemente chegadas do reino com o vice-rei D. Martim que trazia a missão de ir expulsar os hollandezes do estreito de Malaca; a cidade de Gôa comprometteu-se a contribuir com dois galeões guarnecidos com 120 soldados cada um, mestres, pilotos e marinheiros todos pagos pela cidade, sendo a despeza orçada em 120:000 xerafins durante os tres annos que se calculou que a expedição durasse.

Destinou-se o imposto do um por cento para custear aquella despeza não obstante este rendimento ser por lei destinado unica e exclusivamente a obras de fortificação: porem como elle então pouco rendia por se achar quasi paralisado o movimento da alfandega, foi preciso recorrer tambem ao emprestimo dos moradores da cidade, apezar de estes terem o privilegio de que nunca poderiam ser citados para emprestimos nem fintados (3).

As cidades do norte e Cochim tambem concorriam com galeões.

Finalmente a 3 de maio de 1605 sahio o vice-rei D. Mar-

(1) Uma das ilhas do archipelago das Molucas descoberto pelos portuguezes em 1511.

(2) Uma das Molucas.

(3) N'um documento relativo a este assumpto, dizem os vereadores de Gôa a El-Rey sobre a maneira do arranjar fundos para esta expedição: ... «porem de uma maneira ou outra isto não ha de faltar porque ha oito ou dez dias que começamos a esfolar e fintar este povo e vae-se arrecadando de cada um mais do que pode».

tim com a «mais prospera e possante frota que nunca n'este Estado se juntou», composta de galeões d'alto bordo, bem artilhados, fustas e galés, guarnecido tudo com mais de 3.000 homens.

Não seguiremos esta armada na sua róta que bastante infeliz foi logo no começo, para não nos desviarmos do assumpto principal d'este artigo e vamos de novo retrogradar á epocha do vice-rei Ayres de Saldanha.

Calculando este que a vinda dos hollandezes á barra de Gôa era um verdadeiro reconhecimento sobre o seu systema de defeza e tendo-lhe a experiencia patenteado o que tinha a esperar do valor offensivo das fortalezas dos Reis e de Gaspar Dias contra futuras incursões que agora eram mais que provaveis, resolveo lançar os fundamentos d'uma couraça no morro da Aguada, a qual ficaria sendo em defensão da barra e naus que n'ella estivessem surtas.

Data, pois, de 1604 o começo da construcção da fortaleza da Aguada, cuja despeza devia sahir do rendimento do um por cento.

Como este imposto pouco rendesse, a construcção seguio vagarosamente: em todo o caso, em 1605 estava prompta a couraça «que joga ao lume d'agoa», e começava-se a construcção do forte ou cidadella no cimo do morro, a qual era destinada á protecção da couraça dos ataques que contra ella intentassem pelo lado da terra.

No governo do vice-rei D. Martim, pararam todas as obras de fortificação, por o rendimento do um por cento ter de ser applicado ás despezas da armada atraz referida.

Em 1606 chega á barra da Aguada outra fróta dos hollandezes que vinham de Moçambique, onde tinham saqueado a povoação e tentado apoderar se da fortaleza a que pozeram um apertado cêrco de quasi dois mezes.

Como acharam feita a couraça, não ousaram entrar a barra nem atacaram trez naus nossas que alli se achavam fundeadas recentemente vindas do reino.

Fizeram-se ao largo onde andaram crusando durante alguns dias na mira de se apoderarem d'alguma nau que demandasse o porto, desapparecendo em seguida.

Na previsão d'algum ataque á nova couraça ja esta então se achava artilhada e convenientemente guarnecida de pessoal sob as ordens de André Furtado de Mendonça que foi nomeado capitão da mesma e que ficou por este facto, sendo o 1.º capitão da nova fortaleza.

Conforme os recursos do um por cento o permittiam, continuou-se a construcção muito vagarosamente, até que finalmente foi concluida em 1612, sendo vice-rei Ruy Lourenço de Tavora, como consta da seguinte inscripção que encima uma das portas da fortaleza Real.

REINANDO O MVI CATOLICO REI DOM
FELIPE SEGVNDO DE PORTVGAL MAN
DOV A CIDADE FAZER ESTA FORTALE
ZA DO DR.ª DO HVM POR CENTO PERAGVAR
DA E DEFENSÃO DAS NAOS QVE A ESTE
PORTO VEM A QVAL FOI ACABADA PELOS
VEREADORES DO ANNO D 1612. SENDO VI
ZO REI DESTE ESTADO RVI L.ço D TAVORA

Dezembro de 1904.

*(Continúa)*

*Neves e Castro.*
Tenente d'artilheria.

# GALERIA LAPIDAR NO MUSEU REAL DA INDIA PORTUGUEZA

(Continuação do numero antecedente)

## N.º 38

Pedra triangular tendo no centro, em relevo, um disco com o symbolo da sociedade de Jesus, que consiste em J H S (Jesus Homem Salvador). A letra H tem a cruz assente sobre a haste divisoria, e em baixo tres pregos.

Nota — Pedra solta que parece teria sido o frontão de alguma porta lateral de um dos edificios religiosos construidos no seculo XVII pelos Padres da companhia.

## N.º 39

Busto de um cavalleiro encimando um bello sarcophago em peças soltas de pedra muito ornamentada com varias figuras e emblemas de armadura. Não tem inscripção nem letra alguma.

Nota — Este sarcophago esteve na parede da capella-mor do lado do evangelho da egreja do convento do Carmo, que depois foi collegio dos padres da congregação de S. Filippe Nery. Era jazigo de D. Pedro Mascarenhas, capitão que foi de Moçambique, governador e capitão de Diu, e fundador do dito convento. Em 1851 começou a

obra da demolição deste convento, mas ainda em 1870 tinha a seguinte inscripção gravada no centro do sarcophago

AQVI IAZ D. PEDRO MASCARENHAS CAVALLEIRO
PROFESSO DA ORDEM DE CHRISTO IRMAO DO CONDE
DE CASTELLO NOVO DO CONSELHO DESTE ESTADO
CAPITAO QVE FOI DE MOCAMBIQUE GOVERNADOR
E CAPITAO DE DIV COM TITVLO DE FVNDADOR (a)
MORREV NO ANNO 1632 AOS 15 DO MEZ DE FEVEREIRO

Estava escripta em letras que pareciam ter sido douradas (*b*), sendo mesmo admissivel que a inscripcão fosse em lamina de metal amarello, o que certamente motivou o seu desapparecimento.

(*Continúa*)

*J. M. do Carmo Nazareth.*

---

(*a*) Que D. Pedro Mascarenhas foi fundador do convento o egreja do Carmo, se conhece de uma carta escripta a Sua Magestade pelo vice-rei da India conde de Linhares, em 13 de dezembro de 1634, onde diz: = *Dom Pedro Mascarenhas, que tendo vindo de Diu e não tinha filhos nem herdeiros forçados, deu 20 mil xerafins para se fazer a igreja* (dos Carmelitas) *com obrigação de que tivesse na capella-mor a seu enterro, com armas e sumptuoso sepulchro*..... = ..... .....

(*b*) A commissão nomeada por portaria provincial de 15 de junho de 1870 para proceder a descripção e tombamento dos edificios publicos pertencentes ao Estado, no seu relatorio apresentado ao governo, diz o seguinte acerca do convento e egreja do Carmo situada na cidade velha de Goa: — *Na parede do lado do norte (da egreja) está embutido um notavel monumento de pedra de granito. E' uma grande lapida que tem uns restos quasi apagados de letras doiradas, onde na parte superior se notam figuras humanas, antigas peças de armadura e differentes ornatos em alto relevo, e sobreerguido o busto de um cavalleiro, cujo cenotaphio é provavelmente aquelle monumento* =

= *E' um objecto curioso que merece ficar salvo da destruição, removendo dalli e depositando-se a bom recado* =

## Livro recebido

Muito se agradece a seguinte publicação recebida:

*Genealogia das familias portuguezas na India*, por Francisco Mourão Garcez Palha — Nova Goa — Typographia da Casa Luso-Franceza — 1904.

# O ORIENTE PORTUGUEZ

## REVISTA DE ARCHEOLOGIA

**Fundada em 1904**

Esta Revista é orgão da *Commissão permanente de archeologia da India Portugueza.* Publica-se em numeros de 24 paginas ou mais. Doze numeros formarão um volume, com o seu frontispicio, indices e capa especial.

| | |
|---|---|
| Preço de cada numero avulso..... | 0:05:06 |
| Preco de cada numero por assignatura. | 0:04:06 |

## ASSIGNATURAS

Envia-se cada numero pelo correio aos assignantes acrescendo a importancia dos sêllos.

## AVISO

Solicita-se de todos os nossos assignantes e leitores d'esta revista, a fineza de nos proporcionarem a leitura, analyse, e reproducção de quaesquer obras litterarias, manuscriptos, etc., plantas, quadros, aguarellas, photographias, desenhos, etc., de valor archeologico, sua propriedade ou que possam obter por emprestimo, os quaes serão cuidadosamente respeitados e restituidos. Aos referidos assignantes e leitores, que se dignarem satisfazer a este appello, serão manifestados os merecidos agradecimentos nos numeros d'esta revista.

De todas as publicações litterarias e scientificas, de que a commissão de redacção receber um exemplar, far-se-ha menção na Revista.

## CORRESPONDENCIA

Toda a correspondencia litteraria, bem como os originaes destinados á publicação n'esta Revista, serão dirigidos a qualquer vogal da commissão de redacção, ou ao secretario da commissão permanente de archeologia, José Maria do Carmo Nazareth — Nova Goa ; — sobre assumptos de administração, dirigir-se-ha a correspondencia á *Imprensa Nacional.*